

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
FACULDADE DE DIREITO

LETICIA ELLENBERGER CORDEIRO

**INSTRUMENTOS DE CONCRETIZAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA: UM OLHAR SOB
O DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**

CURITIBA

2016

LETICIA ELLENBERGER CORDEIRO

**INSTRUMENTOS DE CONCRETIZAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA: UM OLHAR SOB
O DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**

Monografia de conclusão de curso apresentada ao Curso de Direito da Faculdade de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná como requisito à obtenção do grau de Bacharel em Direito.

Orientador: Profº. Dr. Paulo Ricardo Opuszk

Coorientadora: Profª Dra. Aldacy Rachid Coutinho

CURITIBA

2016

*À Universidade Federal do Paraná e tudo que me trouxe,
Convívio com pessoas iluminadas e valiosos ensinamentos,
Alteridade, abertura de ideias e horizontes,
E principalmente aos incomparáveis amigos, em especial, Sparta.*

“A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.”

Eduardo Galeano

RESUMO

O presente trabalho analisa os institutos que concretizam o acesso à justiça, particularmente no direito processual do trabalho. Para tanto, é feita uma introdução histórica do tema, a exposição da legislação referente e os conceitos doutrinários, inclusive com a diferenciação entre justiça gratuita, assistência jurídica e assistência judiciária. Pela doutrina de Mauro Cappelletti, é feita uma reflexão sobre o acesso à justiça e suas formas de efetivação, com um olhar direcionado à responsabilidade social. São analisadas as questões de presunção de veracidade da declaração de pobreza, o significado de miserabilidade jurídica, a relação com o patrimônio do requerente e as consequências da litigância de má-fé. Por fim, os institutos são apresentados na prática, por meio de decisões selecionadas do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, com temas que demonstram a postura da magistratura diante do desafio de concretizar o acesso à justiça por meio dos institutos em análise. Nesse ponto, são selecionadas decisões-ícone com temas específicos que permitem observar a atuação da Justiça do Trabalho.

Palavras-chave: Acesso à justiça. Assistência judiciária. Justiça gratuita. Processo do Trabalho.

ABSTRACT

The current research analyses the institutes that enable the right to access judicial aid, especially on labour procedural law. In order to do so, the research starts with a historical retrospective and a display of the legislation and the doctrinal concepts that refers to the subject, including the differentiation between the institutes of free judiciary access, legal assistance and judicial assistance. Using Mauro Cappelletti's doctrine as a foundation, a reflection is made on the right to access judicial aid and its ways of effectiveness, directing the thought to social responsibility. There are analyses on the presumption of the veracity of poverty declarations, the meanings of judicial miserability, it's relation to the petitioner's patrimony and the consequences of bad faith's litigation. Lastly, the institutes are presented on it's practical facet through selected decisions made by the Tribunal Regional do Trabalho da 9a Região on subjects that illustrate the judiciary attitude when confronted with the challenge of materializing the right to access judicial aid through the institutes under analysis on this research. At this point some selected decisions on specific subjects that enable the analysis of how Labour Law works are chosen.

Keywords: Right to access judicial aid, judicial assistance, legal assistance, labour procedural law.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1. A JUSTIÇA GRATUITA E BENEFÍCIOS RELACIONADOS.....	11
1.1 VERTENTES HISTÓRICAS DOS INSTITUTOS: ÂMBITO INTERNACIONAL E BRASILEIRO.....	13
1.2 CONCEITOS, DIFERENCIAÇÃO E NORMAS ATUAIS.....	19
1.3 GRATUIDADE JUDICIÁRIA À LUZ DO CPC/15.....	25
2. A DOUTRINA DE MAURO CAPPELLETTI E O DIREITO DE ACESSO À JUSTIÇA.....	33
2.1 MEIOS DE EFETIVAÇÃO: ASSISTÊNCIA E GRATUIDADE JUDICIÁRIA.....	36
2.2 RESPONSABILIDADE SOCIAL - PRESUNÇÃO DE POBREZA, PATRIMÔNIO E LITIGANTES DE MÁ-FÉ.....	40
3. OS INSTITUTOS JURÍDICOS SOB A DETERMINAÇÃO DO REAL.....	45
3.1 ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA TRABALHISTA SOB O TEMA DA JUSTIÇA GRATUITA.....	46
3.2 ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA TRABALHISTA SOB O TEMA DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA.....	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
REFERÊNCIAS.....	64
ANEXO A.....	71
ANEXO B.....	75
ANEXO C.....	79

INTRODUÇÃO

O acesso à justiça é direito fundamental do cidadão, previsto no art. 5º, LXXIV da Constituição Federal. O mencionado dispositivo prevê a assistência jurídica aos que não possuem recursos suficientes para pagar custas, emolumentos e honorários sem prejudicar o próprio sustento ou familiar. Para possibilitar o acesso do indivíduo à Justiça e garantir materialmente seus direitos, portanto, é que a assistência jurídica e demais benefícios se apresentam. Definida a linha central do presente estudo, a preocupação é discutir os conceitos e problematizar a adequação na prática, à medida que se questionam a efetividade dos instrumentos analisados e a atuação do Poder Judiciário diante de tais necessidades.

O primeiro capítulo visa apresentar o tema por meio das vertentes históricas dos institutos, da legislação relacionada e dos seus conceitos, o que contempla a explicação da diferença entre cada um deles e as divergências doutrinárias. No primeiro momento, a apresentação histórica, com foco na modernidade, tem o objetivo de expor os institutos das diferentes formas que já foram concebidos, com a imposição de requisitos rígidos, com a restrição de matérias e tipos de demanda, a partir das normas mais conhecidas sobre o tema em âmbito internacional e, a seguir, no contexto brasileiro.

No segundo momento do primeiro capítulo, o tema do trabalho é encarado a partir da legislação atual. Para isso, é realizada a exposição da legislação pertinente, no que se refere, principalmente, à Constituição Federal, à Lei nº 1.060/50 e à Lei nº 5.584/70, com comentários dos artigos mais relevantes. Como crítica às disposições legais, que contribuem com a confusão entre os institutos, a doutrina é considerada a partir da definição de conceitos – assistência jurídica, assistência judiciária e justiça gratuita - por diferentes autores, até mesmo com as divergências doutrinárias no que se refere à separação entre os institutos. São expostas as peculiaridades no processo do trabalho e, por fim, a análise da gratuidade judiciária a partir da promulgação do Código de Processo Civil de 2015.

O marco teórico do presente trabalho é Mauro Cappelletti, em razão de sua doutrina em defesa ao acesso à justiça, por considerar os institutos aqui estudados como uma das possibilidades de concretizar a acessibilidade à jurisdição, além da crítica no que se refere à efetividade dos direitos e a responsabilidade do Estado. Por isso, o segundo capítulo relaciona os instrumentos expostos ao acesso à justiça, considerado um dos direitos mais relevantes, por possibilitar o alcance dos demais. Para tanto, além de outros autores que se debruçam sobre o tema, é apresentada a obra *Acesso à Justiça*, escrita por Cappelletti em conjunto com Bryant Garth.

Sob a ótica de responsabilidade social, questiona-se a definição dos requisitos para a concessão das benesses. Com o avanço da legislação, o pressuposto de miserabilidade jurídica passou a ser encarado de forma menos rígida, ao ponto que, atualmente, os benefícios deveriam ser concedidos por meio da simples afirmação de pobreza do requerente. Observadas as vantagens da presunção de veracidade, questiona-se o alcance da condição de *miserabilidade*, na racionalidade da pobreza judicial e extrajudicial. No mesmo ponto, correlaciona-se o patrimônio do beneficiário com a fruição dos instrumentos de acesso gratuito à justiça. Por fim, atenta-se para as consequências da litigância de má-fé no processo do trabalho, em relação à gratuidade dos benefícios.

O último capítulo faz a ponte dos temas tratados até então com a postura dos magistrados. É o momento, portanto, de encarar na prática os institutos de assistência judiciária e justiça gratuita. Para isso, são selecionadas decisões-ícone para expor a atuação do Judiciário em temas encarados como relevantes. A pesquisa se dá com base em decisões selecionadas do TRT – 9ª região, em primeiro e segundo graus, sem limitação temporal, em razão da especificidade do tema. O objetivo é expor as diferentes formas que os magistrados encaram os institutos, inclusive pela reforma de decisões que obstaculizam o acesso à justiça.

Para isso, são divididas as decisões com temas relacionados à assistência judiciária e à justiça gratuita. Dentre os temas selecionados, está a cobrança de honorários pelo Sindicato ao beneficiário de assistência judiciária, a ausência de interesse da parte contrária em impugnar a concessão de benefícios de gratuidade, a limitação do valor despendido com o beneficiário, principalmente no que se refere

ao pagamento de honorários periciais, a consequência da litigância de má-fé, além da confusão entre os benefícios e seus requisitos. As decisões conflitantes, nitidamente dissonantes, e a falta de critério nas formas de encarar os institutos estudados resultam em graves prejuízos aos reclamantes perante a Justiça do Trabalho, sob a mácula do direito de acesso à justiça.

Qualquer reflexão nesse sentido importa em proteção aos jurisdicionados e promoção da igualdade material. Observa-se a relevância do tema diante dos crescentes cortes na Justiça do Trabalho e da crise econômica atual. Ao lado desse contexto, os direitos dos trabalhadores continuam a ser tolhidos, senão em maior proporção. É relevante questionar, portanto, a atuação do Estado, dos Sindicatos e especificamente dos magistrados para que o jurisdicionado seja cada vez mais protegido, e de forma efetiva, pela Justiça Trabalhista, com critérios próprios e constantes.

1. A JUSTIÇA GRATUITA E BENEFÍCIOS RELACIONADOS

Discutir o acesso à justiça se mostra essencial à medida que os cidadãos não possuem as mesmas condições de defesa dos seus direitos. No contexto brasileiro, ainda mais, sendo evidente e profunda a desigualdade social, a preocupação em garantir o exercício dos direitos dos indivíduos se apresenta como uma exigência, principalmente pelo poder estatal. Se inexistentes fossem os institutos que promovem, de forma gratuita, a igualdade no acesso à jurisdição, além de feridos os direitos – principalmente – dos hipossuficientes, esses estariam relegados à injustiça, uma vez que desprovidos de instrumentos aptos garantir-lhes a proteção.

Antes de proceder à diferenciação, conceitos e requisitos de cada um dos institutos, faz-se uma exposição histórica, tanto no contexto internacional quanto especificamente no brasileiro, sem qualquer pretensão de contemplar a totalidade das manifestações existentes ou de expor linearmente os fatos ocorridos.

Humberto Peña de Moraes e José Teixeira da Silva¹, em obra relativa à assistência judiciária, tratam da desigualdade econômica natural já pensada por Aristóteles, situação em que se deve admitir que há um desequilíbrio natural entre as pessoas, inclusive economicamente, diferenças que podem ser aceitas e trazem, ao fim, certo equilíbrio. Quando tal desigualdade se desequilibra, entretanto, é necessária a prestação jurisdicional que deve estar disposta a todos, para que os prejudicados possam se proteger. Assim, se entende que o acesso à justiça é o meio capaz de promover o reequilíbrio da desigualdade natural, com apoio no princípio da igualdade. Entendendo, portanto, ser justa a igualdade de oportunidades e de tratamento, as sociedades mais antigas já demonstravam a preocupação de concretizar igualdade no que se refere ao acesso à jurisdição.

A exposição compreende qualquer manifestação histórica, referente a qualquer assistência prestada, pelo Estado ou não, para possibilitar o acesso à

¹ MORAES, Humberto Peña de; SILVA, José Fontenelle T. **Da Assistência Judiciária: sua gênese, sua história e a função protetiva do Estado**. 2.ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Líber Júris, 1984. Págs. 19/20.

justiça, apontada como relevante pela doutrina à formação e compreensão da origem dos benefícios.

Não há restrição de conteúdo quanto à temática trabalhista, uma vez que estudamos a formação dos institutos constitucionalmente, inclusive com a comparação entre os processos civil e do trabalho.

Realizada a breve exposição histórica dos institutos, conceituam-se as diferenças entre eles, o que permite compreender a definição de cada um e seus requisitos. Ainda que, a princípio, a definição pareça simples ou desnecessária, a análise jurisprudencial comprova a relevância do estudo. Na esfera judicial, o beneficiário sai prejudicado muitas vezes pela confusão que se faz entre os institutos e seus requisitos.

Para isso, analisa-se a Lei nº 1.060/50, que contempla a assistência judiciária, considerando a recente revogação de alguns de seus dispositivos. Demonstra-se, ainda, a crítica que a Lei recebe pelo desalinho do tratamento de diferentes institutos.

Com recente promulgação, analisa-se o Código Processual Civil de 2015, no que concerne às disposições da gratuidade judiciária. Reflete-se, detalhadamente, sobre a justiça gratuita e a assistência judiciária, seus requisitos, características e normas concernentes.

São expostas também as leis trabalhistas, especificamente a Consolidação das Leis do Trabalho no que se refere à isenção do pagamento das custas e a Lei 5.584/70, que indica a prestação de assistência judiciária ao trabalhador pelo Sindicato respectivo.

Há um enfoque, além disso, ao questionamento de quem deve prestar assistência judiciária e o que ela contempla. Ainda que a Defensoria Pública esteja diretamente ligada à assistência judiciária, não há preocupação em profundo com tal órgão, já que o foco do presente estudo é a seara trabalhista e sua comparação com o processo comum.

1.1 VERTENTES HISTÓRICAS DOS INSTITUTOS: ÂMBITO INTERNACIONAL E BRASILEIRO

Para possibilitar a compreensão dos benefícios estudados, necessária se faz a análise do surgimento e evolução de cada um deles, em âmbito internacional e no contexto brasileiro.

Desde as primas sociedades, o instinto de justiça social fazia perceber que os pobres deveriam ter sua proteção perante o Estado garantida, já que não possuíam o conhecimento necessário para fazer por si mesmos nem detinham recursos suficientes a garantir que outros lhes fizessem².

Sem a pretensão de delinear historicamente o surgimento dos institutos aqui tratados, de forma a narrar uma história racional e evolucionista, tal exposição busca identificar as vertentes da proteção ao hipossuficiente, advindas de longínquas sociedades, que certamente contribuíram para a tutela jurídica que atualmente dispomos. A análise se centra na modernidade, expostas as origens dos institutos em período anterior em rodapé³.

² BORTOLAI, Luís Henrique. Acesso à justiça e os benefícios da gratuidade da justiça (Lei Nº 1.060/50). In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 100, maio 2012. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11708>. Acesso em setembro de 2016.

³ O objetivo é traçar as vertentes históricas a partir da modernidade. Em período anterior, uma breve síntese: Historiadores remetem que, desde o Código de Hamurábi, por volta do século XVIII a.C., a condenação ao pagamento de serviços para a proteção jurídica do mais pobre já encontrava limitação, em razão de sua condição social. Na Grécia Antiga, em Atenas, dez advogados eram nomeados anualmente, para garantir a defesa dos necessitados perante os tribunais. Todo direito ofendido deveria possuir um defensor e meios de defesa. As primeiras indicações de defensor para proteger o mais desvalido advêm de Constantino, entre os séculos III e IV. Nesse período, foi promulgado por ele o Editto de Milão, que teria proibido a perseguição dos cristãos e determinado a defesa dos pobres de forma gratuita. É considerado, portanto, o embrião da assistência judiciária. Em seguida, vislumbra-se a proteção garantida por Justiniano como um dever estatal, encontrada no compilado do livro Digesto: *Dar-se-á advogado aos que o peçam, ordinariamente às mulheres, ou aos pupilos, ou aos que de outra maneira débeis, ou aos que estejam em juízo, se alguém os pedir; e ainda que não haja nenhum que os peça, deverá dá-lo de ofício. Mas, se alguém disser que, pelo grande poder de seu adversário, não encontrou advogado, igualmente providenciará para que lhe dê advogado. Demais, não convém que ninguém seja oprimido pelo poder e seu adversário, pois, também redunde em desprestígio do que governa uma província, que alguém se conduza com tanta insolência que todos temam tomar a seu cargo advogado contra ele.* No século VI de Roma, portanto, a nomeação de um defensor era garantida por Justiniano. Observa-se que a preocupação era proteger os mais fragilizados naquele contexto, pobres, viúvas e pupilos. A Igreja foi determinante para a difusão da proteção aos mais pobres, pois perpetuava a doutrina de amparo aos desvalidos sem exigir contraprestação. Em muitas vezes, os próprios religiosos é que desempenhavam o papel

A partir do século XIII, a França se torna um país de renome quantos às regras jurídicas⁴ em defesa dos desprotegidos, o que se percebe pelas *établissements* de defesa gratuita em caso de necessidade, de São Luiz IX, e a regra do *Requetês du Palais*: “todos os advogados e procuradores, na sede dos tribunais, ajudassem, gratuitamente, com seus ministérios, os pobres que tivessem, aí, qualquer processo”⁵. O mesmo ocorre nos Estados Sardos, no século XIV, pela atribuição aos funcionários públicos do dever de defender os pobres e fiscalizar as prisões.

Na Espanha, os honorários advocatícios também eram bancados por recursos públicos quando se tratava de presos pobres. O Código *Liber Judiciorum* se preocupou em garantir a ambas as partes judicantes, de fortunas distintas, um defensor de mesmo poderio⁶, no contexto da Península Ibérica. Ainda, a Lei das *Siete Partidas* continuou a ser aplicada por Portugal, mesmo após a dissolução da união ibérica, o que influenciou as ordenações portuguesas seguintes.

Na Inglaterra do século XV, representando um dos grandes marcos da assistência judiciária gratuita, a *actiones in forma pauperis* determinava que:

toda pessoa pobre que tiver motivo de ação judicial poderá, de acordo com a natureza do seu caso, gozar do favor de não pagar o selo e escrita da mesma; e aos juízes cumpre então nomear o advogado e o procurador que, conjuntamente com os demais oficiais do Juízo, funcionarão gratuitamente.

de defensor e garantidor da justiça. Noutras, impunha-se o dever ético dos advogados defenderem os pobres sem cobrar pelo serviço e o dos magistrados em julgar sem cobrar as custas. O período feudal e o espírito individualista da época, porém, foi responsável pelo retrocesso da proteção aos incapazes. A Magna Carta de João Sem Terra (1215) foi um documento importante no que toca às garantias do povo e acesso à justiça, com um julgamento preocupado com a equidade no processo. Fontes: MORAES, Humberto Peña de; SILVA, José Fontenelle T. **Da Assistência Judiciária**: sua gênese, sua história e a função protetiva do Estado. 2.ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Líber Jûris, 1984. CAHALI, Yussef Said. **Honorários advocatícios**. 3.^a ed. revisada e ampliada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1997.

⁴ Mais nesse sentido em MULLER, Camila de Cássia. **Assistência jurídica integral e gratuita**. Monografia. Faculdade de Direito. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006. Pág. 11.

⁵ PEÑA DE MORAES, Humberto; TEIXEIRA DA SILVA, José Fontenelle. Op cit. p. 23.

⁶ SILVA, Luiz Marlo de Barros. **O escritório modelo como instrumento de efetivação da garantia constitucional da assistência jurídica gratuita**. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2000. Págs. 38/40.

Novamente na França, no início do século XVII, Henrique IV determinou que nos tribunais fossem instituídos os melhores procuradores para os desprotegidos – pobres, viúvas e órfãos, recebendo como contrapartida apenas os benefícios e pagamento por parte do Estado.

Ainda com a devida importância, a França contribui com a Declaração de Direitos da Virgínia (de 1776) e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (de 1789), as quais trazem a ideia de soberania do povo e igualdade perante a Lei, essa última encarada como a gênese da assistência judiciária⁷.

Da mesma forma, a Revolução Francesa, com os ideais de igualdade, liberdade e fraternidade, traz ao Estado o dever de garantir assistência judiciária aos pobres, direito dos cidadãos. A Lei de assistência judiciária francesa (*Code de L'assistance judiciaire*), porém, só vem em 1851, representando o primeiro marco legal com tal denominação.

Por influência francesa, a Holanda institui o *Pro Deo*, processos de assistência aos pobres, por meio do Decreto de 1814, o que se seguiu em demais países⁸, como a Bélgica.⁹

A Convenção Geral de Havana de 1928, no âmbito do direito processual internacional, promulgada no Brasil por meio do Decreto 18.871/1929¹⁰, dispôs: “Artículo 382 - Los nacionales de cada Estado contratante gozarán em cada uno de los otros del beneficio de defensa por pobre, em las mismas condiciones que los naturales”.

Por fim, os autores Humberto Peña de Moraes e José F. T. da Silva fazem um aprofundado estudo histórico da assistência judiciária em diversos Estados¹¹. É possível observar que essa necessidade de viabilizar o acesso à justiça é preocupação de muitos países, com fundamento principal no princípio da igualdade

⁷ MORAES, Humberto Peña de; SILVA, José Fontenelle T. **Da Assistência Judiciária: sua gênese, sua história e a função protetiva do Estado**. 2.ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Líber Jurídica, 1984. Pág. 25.

⁸ *Ibidem*. Pág. 27.

⁹ *Ibidem*. Pág. 29.

¹⁰ BRASIL. **Decreto nº 18.871/1929**. Promulga a Convenção de direito internacional privado, de Havana. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-18871-13-agosto-1929-549000-publicacaooriginal-64246-pe.html>>. Acesso em agosto de 2016.

¹¹ Cfe MORAES, Humberto Peña de; SILVA, José Fontenelle T. *Op. Cit.*. Págs. 28/80.

perante a lei, com possíveis diferenciações entre causas cíveis e criminais, alguns com requisitos de caráter econômico, de viabilidade do direito (*fumus boni iuris*) ou restritos a certo tipo de demanda ou de matéria, muitos com remuneração de advogados por parte do Estado ou com criação de um fundo próprio a comportar tais despesas.

Já em âmbito brasileiro, há previsão desde as Ordenações Filipinas, no sentido de garantir aos mais pobres que lhes fossem consideradas pagas as despesas do “agravo” da época¹². Da mesma forma como já demonstrado, também havia aqui a preocupação de que o advogado do assistido não fosse principiante, para que estivesse no mesmo patamar que o defensor da parte contrária.

Na Constituição de 1824, embora sem previsão acerca dos benefícios estudados, merecem destaque as seguintes disposições dos incisos XIII e XV do art. 179¹³: “XIII. A Lei será igual para todos, quer proteja, quer castigue, o recompensará em proporção dos merecimentos de cada um. (...) XV. Ninguém será exempto de contribuir pera as despesas do Estado em proporção dos seus haveres.”.

O art. 99 da Lei nº 261/1841¹⁴ previa, em âmbito criminal, a isenção parcial: “*sendo o réu tão pobre que não possa pagar as custas, perceberá o Escrivão a metade dellas do cofre da Camara Municipal da cabeça do Termo, guardado o seu direito contra o réo quanto á outra metade*”. Outra norma interessante é o Decreto 150/1842¹⁵, ao tratar da *Dizima da Chancellaria* tratando das custas processuais e

¹² *Em sendo o agravante tão pobre que jure não ter bens móveis, nem de raiz; nem por onde pague o agravo, e dizendo na audiência huma vez o Pater Noster pola alma del Hey Dom Diniz (3), ser-lha-ha havido como que pagasse os novecentos reis, contanto que tire de tudo certidão dentro no tempo, em que havia de pagar o agravo.* Ordenações e Leis do Reino de Portugal. Livro III, Título 84, § 10 da Lei 1823. Disponível em <https://books.google.com/books/about/Ordenações_filipinas.html?id=GhcOAQAIAAJ>. Acesso em julho de 2016.

¹³ BRASIL, **Constituição Política do Imperio do Brazil. (de 25 de março de 1824)**. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em julho de 2016.

¹⁴ BRASIL, **Lei nº 261 de 1841**. Reformando o Codigo de Processo Criminal. Publicada na Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça aos 11 de Dezembro de 1841. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM261.htm>. Acesso em julho de 2016.

¹⁵ BRASIL, **Decreto nº 150, de 9 de abril de 2012**. Dando Regulamento para a arrecadação da Dizima da Chancellaria. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1842, Página 223 Vol. 1pt. II. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-150-9-abril-1842-560889-publicacaooriginal-84105-pe.html>>. Acesso em setembro de 2016.

da isenção de pagamento destinado, dentre outros, aos órfãos, viúvas e pessoas miseráveis.

Nabuco de Araújo, pai de Joaquim Nabuco¹⁶, Presidente do Instituto dos Advogados na época de 1870, é lembrado como pioneiro a garantir os serviços de assistência judiciária, tanto quanto à isenção de custas processuais como o amparo às causas dos pobres a partir daquele órgão de classe. O grande historiador criticava a efetividade da justiça e seu acesso apenas aos mais ricos¹⁷.

Percebe-se, portanto, que a assistência judiciária ainda não era vista como um dever efetivo do Estado, ainda possuía aspecto de caridade, agora não mais sustentado pela Igreja, mas pelo Instituto dos Advogados. Como bem elucida Celso Bastos¹⁸:

Mas esse acúmulo de trabalho resultante da prestação da assistência judiciária gratuita, por quem já se encontra onerado com os encargos da profissão da qual depende para sobreviver, não deixou de merecer, desde logo, justas críticas, chegando-se a ver, mesmo, aí uma locupletação ilícita por parte do Estado. É que a prestação ou patrocínio gratuito mantinha uma conotação caritativa e acabava por recair nos advogados, a quem era imposto como um dever. Era caridade prestada pela Ordem, através de seus associados, que tinham seu ministério privado, inexplicavelmente, explorado pelo Estado.

Não havia menção sobre o tema nas Constituições brasileiras de 1891 ou 1937. Na Constituição de 1934, dentro do art. 113 que previa acerca dos direitos e garantias individuais, estava disposto¹⁹: “32) A União e os Estados concederão aos necessitados assistência judiciária, criando, para esse efeito, órgãos especiais assegurando, a isenção de emolumentos, custas, taxas e selos”. Aqui se inicia a preocupação do Estado em prestar tais serviços, sem deixar nas mãos apenas dos

¹⁶ HIRATA, Alessandro. **O estadista Nabuco de Araújo**. In Jornal Carta Forense, 12/02/2012. Disponível em <<http://www.cartaforense.com.br/conteudo/colunas/o-estadista-nabuco-de-araujo/8273>>. Acesso em junho de 2016.

¹⁷ ZANON, Artemio. **Da assistência jurídica integral e gratuita**: comentários à Lei da Assistência Judiciária (lei n. 1.060, de 5-2-1950, à luz da CF de 5-10-88, art. 5.º, LXXIV e direito comparado). 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. Págs. 12/13.

¹⁸ BASTOS, Celso Ribeiro. **Comentários à Constituição do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. vol 2. São Paulo: Saraiva, 1997. Pág. 375.

¹⁹ BRASIL, **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934)**. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em julho de 2016.

advogados ou da caridade a assistência judiciária ao necessitado. Nesse dispositivo, todavia, estão contempladas tanto a assistência judiciária quanto a justiça gratuita, diferenciação que será exposta mais à frente.

A partir de 1935, os serviços de assistência judiciária começaram a ser implantados nos Estados, a começar por São Paulo. Há indicações de serviços de assistência jurídica acadêmica, prestados pelas universidades desde 1919, como o Centro Acadêmico da Faculdade de Direito da USP²⁰.

Como já observado, não houve tal garantia na Constituição de 1937. O Código Processual Civil de 1939 trouxe importantes disposições acerca da justiça gratuita, englobando também a assistência por advogado, nos artigos 68 a 79²¹. No mesmo sentido o Código de Processo Penal, ainda vigente nos dias atuais, com a garantia do art. 32:

Nos crimes de ação privada, o juiz, a requerimento da parte que comprovar a sua pobreza, nomeará advogado para promover a ação penal.

§ 1º Considerar-se-á pobre a pessoa que não puder prover às despesas do processo, sem privar-se dos recursos indispensáveis ao próprio sustento ou da família.

§ 2º Será prova suficiente de pobreza o atestado da autoridade policial em cuja circunscrição residir o ofendido.

A CF/46 previu no art. 141 o seguinte²²: “§ 35 - O Poder Público, na forma que a lei estabelecer, concederá assistência judiciária aos necessitados”. Dessa forma, realizava-se uma interpretação sistemática entre a Constituição e o Código Processual, até o advento da Lei 1.060/50. Ainda, o Estatuto da OAB (Lei nº 4215/63) previa o patrocínio gratuito até a extinção do processo, nos artigos 90 a 95²³.

²⁰ SCHUBSKY, Cássio. **Assistência judiciária gratuita**. (1). Revista Consultor Jurídico, 2009.

²¹ BRASIL, **Decreto-Lei nº 1.608/1939**. Código de Processo Civil. Rio de Janeiro, 1939. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De1608.htm>. Acesso em agosto de 2016.

²² BRASIL, **Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946)**. Rio de Janeiro, 1946. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm>. Acesso em setembro de 2016.

²³ BRASIL, **Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963**. Dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil. (Revogada pela Lei nº 8.906/1994). Brasília, 1963. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4215.htm>. Acesso em agosto de 2016.

A previsão foi mantida na Constituição de 1967²⁴, no parágrafo 32 do art. 150, § 32 - *Será concedida assistência Judiciária aos necessitados, na forma da lei*, que, naquele momento, era a Lei 1.060/50, a qual será analisada a seguir, visto que ainda vigente. O mesmo dispositivo foi mantido na CF/69, no art. 153.

No Código Processual Civil de 1973, a referência no art. 19 era de pagamentos de custas processuais, salvo disposições de justiça gratuita, ainda disciplinadas pela Lei 1.060/50.

As vertentes históricas expostas, dessarte, contribuíram para a verificação dos rumos em que a assistência judiciária e gratuidade da justiça se manifestaram, com a restrição de beneficiários, de determinados tipos de ação e de matérias, com rígidos requisitos, passando de um dever honorífico de advogados à responsabilidade do Estado. As disposições legais ainda vigentes, bem como a tutela constitucional, serão estudadas a seguir.

1.2 CONCEITOS, DIFERENCIAÇÃO E NORMAS ATUAIS

A gratuidade judiciária, a assistência judiciária e a assistência jurídica são três institutos que viabilizam o acesso à jurisdição brasileira, disciplinadas pela Constituição Federal e leis específicas. Não é rara, porém, a confusão entre tais benefícios, inclusive por parte de magistrados. Essencial, portanto, a exposição atual dos dispositivos legais sobre os temas e sua posterior diferenciação.

A sucumbência e a concessão do benefício da justiça gratuita no processo do trabalho ocorrem de maneira diversa ao processo civil, em razão, principalmente, do princípio protetivo do trabalhador, pedra angular desta Justiça Especializada. Além disso, como já exposto, a ideia de assistência judiciária no processo civil está ligada à Defensoria Pública, o que não se repete no processo trabalhista, já que a assistência deve ser empreendida pelos Sindicatos. As peculiaridades do Direito Laboral serão aprofundadas após a definição de cada um dos temas tratados.

²⁴ BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Brasília, 1967. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm>. Disponível em julho de 2016.

A assistência jurídica é o benefício mais amplo dos três, prevista constitucionalmente pela primeira vez na nossa Carta Maior de 1988, pois as anteriores tratavam apenas da assistência judiciária. A previsão do inciso LXXIV do artigo quinto determina que *o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos*. Ou seja, o apoio jurídico deve ser prestado à população não apenas no processo, mas antes e após também, o que deve ser exercido pelas Defensorias Públicas e, no âmbito trabalhista, pelos Sindicatos.

A assistência judiciária, por sua vez, é espécie da assistência acima tratada e se refere apenas à lide processual. É disciplinada principalmente pela Lei 1.060/50, ressalvadas as disposições revogadas pelo Novo Código de Processo Civil. No âmbito da Justiça do Trabalho, a Lei 5.584/70 disciplina que a assistência será prestada pelo Sindicato representante da atividade econômica do trabalhador.

A justiça gratuita ou benefício da gratuidade judiciária significa a isenção das custas judiciais, taxas e demais despesas processuais. É a dispensa de pagamento concedida pelo magistrado no processo, também tutelada pela Lei 1.060/50.

Em breve resumo: a assistência jurídica contempla a assistência judiciária, que trata da representação em juízo, especificamente dentro do processo. A preocupação do constituinte foi estender o apoio jurídico, não apenas vinculado ao processo, mas antes e após ele, em sentido amplo. A justiça gratuita é a dispensa judicial no que se refere ao pagamento de custas processuais. Compreendida sumariamente a relação entre os três institutos, é possível a análise detida de cada um deles e da legislação relacionada.

Inicialmente cabe pontuar que a Lei 1.060/50 é o marco mais importante da assistência judiciária. Recebeu muitas críticas, porém, inclusive por perpetuar a confusão entre a gratuidade da justiça e a assistência judiciária. A imediata análise será feita a partir da revogação de alguns dispositivos da mencionada Lei, em razão do advento do Novo Código Processual de 2015 (art. 1.072, III, CPC).

Antes da revogação, o art. 3º da Lei dispunha que a assistência judiciária englobava isenções de custas processuais, taxas, emolumentos, despesas de publicações, honorários de advogados e peritos, depósitos recursais, dentre outros.

O art. 4º garantia o benefício mediante simples afirmação de que o requerente não poderia arcar com os honorários advocatícios e custas processuais sem prejuízo próprio ou familiar. Seu primeiro parágrafo contava com a seguinte redação: “§ 1º. Presume-se pobre, até prova em contrário, quem afirmar essa condição nos termos desta lei, sob pena de pagamento até o décuplo das custas judiciais”.

Segundo o revogado art. 7º da Lei 1.060, a parte contrária poderia, a qualquer momento, demonstrar a inexistência dos requisitos para sua concessão ou manutenção. Havia, entretanto, uma limitação temporal para a cobrança em no máximo cinco anos (art. 12).

A própria Lei 7.115/83²⁵ impunha que a declaração de pobreza se presumia verdadeira. Essa norma é considerada revogada pela Lei 7.510/86, a qual alterou a Lei 1.060/50 trazendo as condições de simples afirmação de miserabilidade e presunção de pobreza até prova contrária. Provada a má-fé do requerente, sob falsa afirmação de miserabilidade jurídica, havia previsão de pagamento do décuplo das custas judiciais devidas.

Todos os dispositivos acima elencados, porém, são relacionados ao benefício da gratuidade judiciária e não à assistência judiciária propriamente dita, que também está tutelada nesta Lei. Não há que se negar que tal legislação, proveniente de 1950, representou um grande avanço no acesso à jurisdição; todavia, atenta-se aqui para o rigor técnico na definição de cada instituto, o que não foi contemplado na norma em comento.

A doutrina expõe e critica a confusão que a própria Lei faz entre os institutos, de forma a possibilitar interpretações dúbias e errôneas dos benefícios. Nas palavras de Moraes²⁶, a norma:

ababelou, contudo, os conceitos específicos de assistência judiciária – nomenclatura primitiva de assistência jurídica – e gratuidade de

²⁵ Art.1º - A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, homonímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da Lei, presume-se verdadeira. Fonte: BRASIL, **Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983**. Brasília, 1983. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7115.htm>. Acesso em agosto de 2016.

²⁶ MORAES, Guilherme Peña de. Instituições da Defensoria Pública. São Paulo: Malheiros, 1999. Pág. 100.

justiça e não modificou substancialmente a idéia de beneficiário da justiça gratuita, a extensão da benesse e o pressuposto da necessidade.

Augusto Marcacini²⁷, na obra “Assistência jurídica, assistência judiciária e justiça gratuita”, opinou:

A Lei nº 1.060/50 utiliza diversas vezes a expressão assistência judiciária ao referir-se, na verdade, à justiça gratuita. Assim temos o art. 3º [...] o art. 4º [...]. O §2º do mesmo artigo [...]. O art. 6º [...]. Igualmente equivocado, o art. 7º [...]. E ainda o art. 9º [...]. Em todos estes dispositivos legais, a assistência judiciária aparece no sentido de justiça gratuita. De outro lado encontramos a expressão assistência judiciária em seu sentido correto apenas no art. 1º, nos §§1º e 2º do art. 5º, e no art. 16, parágrafo único.

Os dispositivos mencionados, contudo, se referem ao benefício da justiça gratuita e foram revogados pelo Novo Código de Processo Civil. Agora, portanto, pode-se dizer que a Lei 1.060/50, no que tange aos dispositivos ainda vigentes, se referem à assistência judiciária propriamente dita. O benefício da justiça gratuita, em seu contexto, encontra-se disciplinado pelo atual Código de Processo Civil, que adiante será exposto.

O caráter personalíssimo da gratuidade judiciária é estabelecido, à medida que sua concessão não beneficia cônjuges ou herdeiros nem prejudica diretamente a outra parte do processo. Há possibilidade, além disso, de isenção das custas inclusive a estrangeiros residentes no Brasil ou a brasileiros residentes no exterior²⁸. O benefício, ainda, deve ser concedido para qualquer tipo de demanda, sem restrições quanto à matéria ou procedimentos.

Há que se ressaltar que alguns autores, como Pio Antunes Figueiredo Júnior e José Francisco Ferreira²⁹, consideram que a justiça gratuita é uma espécie da

²⁷ MARCACINI, Augusto Tavares Rosa. **Assistência jurídica, assistência judiciária e justiça gratuita**. Rio de Janeiro: Forense, 1996. Pág. 30.

²⁸ ZANIOLO, Pedro Augusto. **A assistência judiciária e a justiça gratuita no processo de conhecimento**. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 10, n. 747, 21 jul. 2005. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/7046>>. Acesso em setembro de 2016.

²⁹ FIGUEIREDO JÚNIOR, Pio Antunes; FERREIRA, José Francisco. **Benefícios da justiça gratuita e direito de ação**: Constituição Federal, art. 5º, XXXV e LXXIV. Trabalho e Doutrina: processo e jurisprudência, São Paulo, n. 27, 2002. Pág. 34.

assistência judiciária. Zanon³⁰ ressalta o entendimento de que a assistência judiciária é mais abrangente que a justiça gratuita³¹, porque incluem o não pagamento dos honorários do próprio defensor. Outros, ademais, estabelecem a nítida separação entre as benesses, a exemplo do catedrático Pontes de Miranda³²:

A assistência judiciária e benefício da justiça gratuita não são a mesma coisa. O benefício da justiça gratuita é direito à dispensa provisória de despesas, exercível em relação jurídica processual, perante o juiz que promete a prestação jurisdicional. É instituto de direito pré-processual. A assistência judiciária é instituto de Direito Administrativo. Para o deferimento ou indeferimento do benefício da justiça gratuita é competente o juiz da própria causa. Para a assistência judiciária, a lei de organização judiciária é que determina qual o juiz competente.

A confusão realizada entre os institutos se justificava, em tese, em razão de o juiz poder nomear advogado ou intimar os órgãos responsáveis para a concessão da assistência judiciária. Observa-se, porém, que tal benefício é prestado diretamente ao cidadão, independentemente de autorização do magistrado, em que pese ele possa atuar como uma ponte aos órgãos competentes. Ressalta-se, ainda, que na prática a parte procura a assistência judiciária no órgão competente - Defensoria Pública, Núcleos de Prática Jurídica ou, no âmbito trabalhista, Sindicatos - para poder demandar judicialmente.

Para prosseguir no presente estudo, portanto, assume-se a diferenciação entre as instituições da assistência judiciária e justiça gratuita. Por fim, Marcacini³³ nos esclarece que o Juiz irá dizer sobre a concessão da gratuidade judiciária, e não acerca da assistência, ainda que possa auxiliar nesta última por meio da nomeação

³⁰ ZANON, ARTÊMIO. **Da Assistência Jurídica Integral e Gratuita**: comentários à Lei da assistência judiciária (Lei n. 1.060/50, de 5 de fev. de 1950, à luz da CF de 5-10-1988, art. 5º, LXXIV e direito comparado). 2.ed. São Paulo: Saraiva, 1990. Pág. 26.

³¹ Pela jurisprudência "HONORÁRIOS ASSISTENCIAIS. A assistência judiciária, mais ampla que a justiça gratuita, abrange tanto a isenção do pagamento de despesas processuais quanto dos honorários assistenciais, sendo requisitos para sua concessão a assistência sindical e a declaração de pobreza ou percepção de salário inferior ao dobro do mínimo legal. Aplicação do Enunciado 219 do C. TST." Autos 04498-2012-024-09-00-2- 4ª Turma. Relator Luiz Celso Napp. Tribunal Regional do Trabalho – 9ª Região.

³² PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Comentários à Constituição de 1967 ± com a Emenda n.1, de 1969**. Tomo V (arts. 153, §2.º - 159), 2.ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1971. Pág. 642.

³³ MARCACINI, Augusto Tavares Rosa. *Op cit.* Pág. 32.

de advogado ou intimação do órgão prestador de tal serviço. Nunca caberá ao magistrado, porém, deferir a assistência judiciária, pois excede os limites da sua competência que é o processo judicial, no qual habita a justiça gratuita.

O art. 3º da Lei 1.060/50 previa o que estava compreendido na assistência judiciária, incluindo a isenção das custas judiciais, que é o que se trata de justiça gratuita. Humberto Theodoro Junior³⁴ define que as custas judiciárias:

são as verbas pagas aos serventuários da Justiça e aos cofres públicos, pela prática do ato processual conforme a tabela da lei ou regimento adequado. Pertencem ao gênero dos tributos, por representarem remuneração de serviço público.

Alguns doutrinadores, além disso, entendem que a assistência judiciária abrange todo custo que o beneficiário venha a ter, tanto em âmbito judicial, como extrajudicial, na esfera do Poder Público.

Nesse sentido, José Carlos Barbosa Moreira³⁵ opina que tal gratuidade deve contemplar inclusive os cartórios privados, em razão do exercício de uma função delegada do Estado, previsão encontrada nos artigos 982, §2º, e 1.124-A, § 3º, do antigo CPC/73. Especificamente no Paraná³⁶, temos o Ofício Circular 185/01³⁷ da Corregedoria-Geral do Estado:

Levo ao conhecimento de Vossa Excelência, para as medidas que se fizerem necessárias, que os atos judiciais derivados de processos onde existe parte beneficiária da justiça gratuita (Lei nº 1.060/50) e no

³⁴ THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento**. 41. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004, v. 1. Pág. 84.

³⁵ MOREIRA, José Carlos Barbosa. **O direito à assistência jurídica: evolução no ordenamento brasileiro de nosso tempo**. Revista de Processo, São Paulo, v. 17, n. 67, p. 124-134, jul./set. 1992. Págs. 124/125.

³⁶ Jurisprudência nesse sentido: EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO À JUNTA COMERCIAL. Atendidos os requisitos constantes na Lei 1.060/50, reconhecendo-se os exequentes como beneficiários da justiça gratuita, e em havendo encargo financeiro (qualquer), é de se acolher a pretensão de expedição de ofício à Junta Comercial, como requerido, na medida em que não se pode ignorar o fato de haver custo não só com o atestado pretendido, mas também com os deslocamentos necessários para tal fim. Entendimento contrário violaria o direito constitucional do acesso ao Judiciário, art. 5º, XXXV, e, bem assim, o direito à assistência judiciária gratuita e integral, inciso LXXIV do mesmo artigo da CRFB.(BRASIL, Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região. Ementa. ACO 03340-2006-028-09-00-2. Relator Des. Célio Horst Waldruff. Publicado no DEJT em 26/02/2016.

³⁷ CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ. Ofício Circular nº 185/01, de 5 de novembro de 2001. Publicado em 20/11/2001 no Diário da Justiça.

interesse desta, ainda que seja para surtir efeitos no foro extrajudicial, são isentos de custas e emolumentos.

Na mesma toada, a própria Lei Maior prevê a gratuidade das certidões de nascimento e óbito para os reconhecidamente pobres³⁸. O Código Processual Civil de 1973 previa nos artigos 19 e 20 as questões sobre as custas, ressalvadas as disposições concernentes à justiça gratuita. Exposta a legislação atual referente à assistência judiciária e justiça gratuita, principalmente por meio das Leis nº 1.060/50 e nº 5.584/70, há que se observar as mudanças advindas com a promulgação do Novo Código de Processo Civil.

1.3 GRATUIDADE JUDICIÁRIA À LUZ DO CPC/15

Passa-se a analisar o Código Processual Civil de 2015. Além de revogar determinados dispositivos da Lei 1.060/50, o CPC/15 tratou da Gratuidade da Justiça na Seção IV do Capítulo 2, a partir do art. 98, com a seguinte redação:

Da Gratuidade da Justiça

Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

§ 1º A gratuidade da justiça compreende:

I - as taxas ou as custas judiciais;

II - os selos postais;

III - as despesas com publicação na imprensa oficial, dispensando-se a publicação em outros meios;

IV - a indenização devida à testemunha que, quando empregada, receberá do empregador salário integral, como se em serviço estivesse;

V - as despesas com a realização de exame de código genético - DNA e de outros exames considerados essenciais;

VI - os honorários do advogado e do perito e a remuneração do intérprete ou do tradutor nomeado para apresentação de versão em português de documento redigido em língua estrangeira;

³⁸ "Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: LXXVI - são gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei: a) o registro civil de nascimento; b) a certidão de óbito". BRASIL. Constituição (1988). Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

VII - o custo com a elaboração de memória de cálculo, quando exigida para instauração da execução;

VIII - os depósitos previstos em lei para interposição de recurso, para propositura de ação e para a prática de outros atos processuais inerentes ao exercício da ampla defesa e do contraditório;

IX - os emolumentos devidos a notários ou registradores em decorrência da prática de registro, averbação ou qualquer outro ato notarial necessário à efetivação de decisão judicial ou à continuidade de processo judicial no qual o benefício tenha sido concedido.

A previsão da gratuidade judiciária, portanto, não muito se afasta da antiga tutela dada pela Lei 1.060/50, em seus artigos 2º e 3º, destinado o benefício aos nacionais e estrangeiros. O requisito, porém, que antes se referia aos necessitados, como *todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família*³⁹ agora é dedicado à pessoa com insuficiência de recursos. Na mesma linha, o benefício engloba as custas judiciais, despesas com publicações, indenizações de testemunhas, honorários periciais, despesas com exames, depósitos recursais e emolumentos. Ainda:

Art. 98 (...)

§ 2º A concessão de gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência.

§ 3º Vencido o beneficiário, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário.

Pela leitura sistemática de ambos os artigos, é possível interpretar que a justiça gratuita envolve as verbas sucumbenciais, à medida que os honorários advocatícios e despesas de sucumbência não poderão ser cobradas nos cinco anos seguintes à decisão que transita em julgado, se permanecerem as mesmas condições fáticas. Ou seja, abre-se a possibilidade de cobrança de referidas verbas se o beneficiário não se encontrar mais em condições de insuficiência de recursos,

³⁹ Redação do revogado parágrafo único do artigo 2º da Lei 1.060/50. BRASIL, **Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950**. Estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados. Rio de Janeiro, 1950. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L1060.htm>. Acesso em junho de 2016. Legislação em anexo.

no prazo máximo de cinco anos. Pela disposição do parágrafo quarto, § 4o *A concessão de gratuidade não afasta o dever de o beneficiário pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas*, fica excetuada do benefício a isenção quanto ao pagamento de multas cominadas como penalidade ao beneficiário. Exemplo disso é a cominação da multa de litigância de má-fé, que será detalhada mais à frente.

O artigo 99 trata da questão do momento oportuno para o pedido da gratuidade, admitido em qualquer fase processual. Se requerido após a petição inicial, pode ser realizado em petição simples e não acarreta a suspensão do processo.

Art. 99. (...)

§ 2o O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.

§ 3o Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.

§ 4o A assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça.

A possibilidade de indeferimento, portanto, se dá quando evidente nos autos o descumprimento dos requisitos, após intimada a parte para proceder à comprovação de que deve ser beneficiária, pois insuficiente de recursos. O parágrafo terceiro, por sua vez, confirma a presunção da alegação de insuficiência. Ou seja, o benefício deve ser concedido mediante a simples afirmação de insuficiência de recursos, e só pode ser indeferido se evidente nos autos que não é o caso de miserabilidade jurídica e que a parte não comprovou tal requisito, após intimação. O quarto parágrafo confirma que o caso de o requerente estar assistido por advogado particular não significa o descumprimento dos requisitos para a concessão de justiça gratuita. Tal disposição é de grande relevância, à medida que não deve haver confusão entre os requisitos dos institutos. Na prática, como será exposto a seguir, alguns magistrados indeferem a justiça gratuita em razão de o

requerente ter condições para demandar com advogado particular, o que representa um entrave ao acesso à justiça.

Art. 99. (...)

§ 6º O direito à gratuidade da justiça é pessoal, não se estendendo a litisconsorte ou a sucessor do beneficiário, salvo requerimento e deferimento expressos.

§ 7º Requerida a concessão de gratuidade da justiça em recurso, o recorrente estará dispensado de comprovar o recolhimento do preparo, incumbindo ao relator, neste caso, apreciar o requerimento e, se indeferi-lo, fixar prazo para realização do recolhimento.

O sexto parágrafo trata da pessoalidade da benesse, que não aproveita os dependentes ou litisconsortes, sendo individual a concessão. Por poder solicitar a gratuidade judiciária em qualquer tempo, o parágrafo sétimo trata do pedido em recurso, o qual será admitido, ou deferido prazo para recolhimento das custas em caso de indeferimento da gratuidade. Os artigos 100 e seguintes dispõem acerca da impugnação ao pedido, realizada pela parte contrária, e da revogação do benefício.

Analisa-se, ao fim ao cabo, que a disciplina do atual CPC é praticamente no mesmo sentido que os dispositivos revogados da Lei 1.060/50, imposta a previsão de insuficiência de recursos como requisito para obtenção, sendo presumida como verdadeira a declaração apresentada nos autos.

É por essa razão, portanto, que ocorria tamanha confusão entre os institutos, à medida que a Lei 1.060 previa que a assistência judiciária daria direito à isenção das custas judiciais e advocatícias. Admite-se, aqui, que a isenção de pagamento nas custas do processo – incluindo os honorários de sucumbência - é o significado da justiça gratuita, também chamada de benefício da gratuidade judiciária. A assistência judiciária, por sua vez, é a assistência jurídica prestada por entidades estatais ou não dentro de um processo judicial, exercendo o papel de procurador em defesa da parte, de forma gratuita.

O procurador nomeado – seja defensor público, advogado nomeado, dativo ou do sindicato (âmbito trabalhista) ou estudantes de direito – não auferem nenhuma remuneração ou benefício pela prestação do exercício de defesa da parte

beneficiária, uma vez que é garantida de forma gratuita. Advindos honorários da sucumbência, porém, o defensor poderá recebê-los.

Se for a própria parte beneficiária a vencida no processo, esta será isenta do pagamento dos honorários de sucumbência, visto que contemplados na isenção prevista, a não ser que a situação de necessidade tenha se encerrado⁴⁰. Para Lindalva Ramos⁴¹, ocorrendo a impugnação ao deferimento da justiça gratuita e comprovado que não se trata de parte hipossuficiente, essa seria responsável pelo pagamento dos ônus sucumbenciais.

Ainda sobre a tutela atual do Direito brasileiro, interessante pontuar a Lei 5478/68, especificamente sobre ação de alimentos, dispõe em seu primeiro artigo: § 2º *A parte que não estiver em condições de pagar as custas do processo, sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família, gozará do benefício da gratuidade, por simples afirmativa dessas condições perante o juiz, sob pena de pagamento até o décuplo das custas judiciais.*

No âmbito laboral, justiça gratuita encontra previsão no art. 790, §3º, da CLT, com a seguinte redação dada pela Lei 10.537/2002:

Art. 790 (...) § 3º É facultado aos juízes, órgãos julgadores e presidentes dos tribunais do trabalho de qualquer instância conceder, a requerimento ou de ofício, o benefício da justiça gratuita, inclusive quanto a traslados e instrumentos, àqueles que perceberem salário igual ou inferior ao dobro do mínimo legal, ou declararem, sob as penas da lei, que não estão em condições de pagar as custas do processo sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família.

Conforme a dicção legal, o benefício da justiça gratuita pode ser concedido a pedido ou *ex officio*. Os requisitos impostos nesse âmbito são, portanto, recebimento de salário igual ou menor que dois salários mínimos, ou a declaração de miserabilidade jurídica da parte.

A concessão do benefício da justiça gratuita, portanto, não deve estar vinculada ao recebimento de assistência judiciária pelo Reclamante. A parte pode

⁴⁰ VIDIGAL, Maurício. **Lei de assistência judiciária interpretada** (lei nº 1.060/50, de 5-2-1950). São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000.

⁴¹ RAMOS, Lindalva de Fátima. Doutrina: Gratuidade da Justiça. Direito Constitucional Fundamental. **Revista Jurídica Consulex**, Brasília, Ano XV n. 338, 15 de fevereiro de 2011. Disponível em: <<http://www.consulex.com.br/co/default.asp?op=cor&id=12388>>. Acesso em outubro de 2016.

ser beneficiária da justiça gratuita e não estar assistida pelo Sindicato, como também pode ser contemplada pela assistência judiciária sem que lhe tenha sido deferido o recurso da isenção de custas, mas admitida, nesse último caso, a falha da prestação jurisdicional. Marcacini⁴² adverte que, anomalmente, é possível se deparar com um cidadão que recebeu assistência jurídica, mas, em juízo, lhe foi negado o benefício da justiça gratuita, quando se entende não preenchidos os requisitos da gratuidade judiciária, a despeito da parte ter sido considerada beneficiária pelo prestador da assistência. Tal desconformidade será analisada na prática mais à frente.

A Lei 5.584/70, específica do processo do trabalho, dispõe sobre a assistência judiciária nos artigos 14 a 19⁴³. Embora desatualizada, tal legislação prevê a assistência *prestada pelo Sindicato da categoria profissional a que pertencer o trabalhador*⁴⁴, e na falta desses, por promotores ou defensores públicos. Os honorários advocatícios pagos pela parte contrária, vencida, destinam-se à instituição que presta a assistência, os sindicatos ou órgãos públicos. O destinatário da norma é o trabalhador que não pode demandar sem prejuízo próprio ou da família, sendo ou não associado do Sindicato respectivo, cominadas penalidades aos sindicatos que não cumprem a determinação.

A assistência judiciária trabalhista, portanto, se diferencia da disciplina da Lei 1.060/50, à medida que a Lei 5.584/70 dispõe que será prestada pelo Sindicato da categoria do trabalhador. O requisito imposto é a fragilidade econômica a ser demonstrada por auferir renda menor que dois salários mínimos – da mesma forma que a justiça gratuita – ou a prova de que não poderia demandar sem prejuízo próprio ou familiar. Em tese, aqui seria necessária a comprovação, através de

⁴² MARCACINI, Augusto Tavares Rosa. **Assistência jurídica, assistência judiciária e justiça gratuita**. Rio de Janeiro: Forense, 1996. Pág. 32.

⁴³ BRASIL, **Lei nº 5.584, de 26 de junho de 1970**. Dispõe sobre normas de Direito Processual do Trabalho, altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, disciplina a concessão e prestação de assistência judiciária na Justiça do Trabalho, e dá outras providências. Diário Oficial da União de 29/06/1970. Brasília, 1970. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5584.htm>. Acesso em junho de 2016.

⁴⁴ BRASIL, **Lei nº 5.584, de 26 de junho de 1970**. (...) Art. 14. Na Justiça do Trabalho, a assistência judiciária a que se refere a Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, será prestada pelo Sindicato da categoria profissional a que pertencer o trabalhador.

atestado do Ministério do Trabalho e Previdência Social, dispositivo que se encontra desatualizado, vez que não se requer mais tal comprovação.

O art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal trata, portanto, da assistência jurídica. O requisito de comprovar a insuficiência de recursos estabelecido constitucionalmente não se refere, diante do exposto, à concessão do benefício da justiça gratuita. A assistência jurídica é um direito individual previsto na Carta Magna e se refere, inclusive, à consultoria e atividade extrajudicial⁴⁵. Depreende-se, portanto, que a assistência jurídica é mais ampla que a judiciária, por incluir a fase pré-processual, de aconselhamento e de dúvidas, sendo requerida a comprovação de insuficiência econômica apenas naquele caso, perante o órgão que irá prestar a assistência. Até porque o aconselhamento jurídico por parte do respectivo órgão pode contemplar a realização de atos extrajudiciais, processos administrativos, orientação e resolução de problemas sem a instauração de um processo judicial⁴⁶.

Exposta a particularidade do processo trabalhista, a assistência jurídica no contexto extralaboral será prestada pela Defensoria Pública. Na Constituição, o art. 134 define que se trata de uma “instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados”.

Em âmbito federal, a Defensoria é regulada pela Lei Complementar 80/1994, alterada pela Lei Complementar 132/2009, cujas normas gerais devem ser observadas para a regulamentação das leis orgânicas estaduais, pela previsão de competência concorrente do art. 24, XIII, da Constituição Federal.

A assistência judiciária, ainda, poderá ser prestada pelas Faculdades de Direito por meio de seus alunos a partir do quarto ano, sujeitos à mesma

⁴⁵ NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código de Processo Civil comentado e legislação extravagante**. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003. Pág. 77.

⁴⁶ GRINOVER, Ada Pellegrini. **Assistência judiciária e acesso à justiça**. Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, São Paulo, n.º 22, p. 17-26, jan./dez. 1984. Pág. 18.

responsabilidade dos advogados, conforme disposição dos arts. 18 da Lei 1.060/50⁴⁷ e 15 da Lei 5.584/70⁴⁸.

Delineadas as normativas que tratam do tema, foi possível compreender a forma com que o Estado tutela a assistência jurídica, assistência judiciária e justiça gratuita, as instituições responsáveis por prestar os benefícios, e a diferenciação entre os institutos e seus requisitos. Feita a exposição legislativa e doutrinária, passamos a analisar o tema a partir de uma perspectiva social, de acesso à justiça.

⁴⁷ BRASIL, **Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950**. (...) Art. 18. Os acadêmicos de direito, a partir da 4ª série, poderão ser indicados pela assistência judiciária, ou nomeados pelo juiz para auxiliar o patrocínio das causas dos necessitados, ficando sujeitos às mesmas obrigações impostas por esta Lei aos advogados.

⁴⁸ BRASIL, **Lei nº 5.584, de 26 de junho de 1970**. (...) Art 15. Para auxiliar no patrocínio das causas, observados os arts. 50 e 72 da Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963, poderão ser designados pelas Diretorias dos Sindicatos Acadêmicos, de Direito, a partir da 4º Série, comprovadamente, matriculados em estabelecimento de ensino oficial ou sob fiscalização do Governo Federal.

2. A DOUTRINA DE MAURO CAPPELLETTI E O DIREITO DE ACESSO À JUSTIÇA

Mauro Cappelletti, grande processualista italiano, ficou conhecido por sua doutrina de acesso à justiça e tutela de direitos coletivos. Quando o sistema italiano aboliu a Defensoria dos Pobres e, com um Decreto de 1923⁴⁹, retornou à prestação de assistência judiciária por meio do dever honorífico e obrigatório dos advogados particulares, Cappelletti⁵⁰ criticou as dificuldades em efetivar o acesso à justiça, principalmente pela criação de requisitos burocráticos, formais e substanciais, o que representa um problema insolúvel ao pobre, não dotado de preparação jurídica e cultural. Atualmente na Constituição italiana, a assistência judiciária está prevista no art. 24⁵¹, o qual dispõe:

Art. 24 Todos podem recorrer em juízo para a tutela dos próprios direitos e interesses legítimos. A defesa é um direito inviolável em cada condição e grau de procedimento. São assegurados aos desprovidos de recursos, mediante instituições apropriadas, os meios para agir e defender-se diante de qualquer jurisdição.

Por sua dedicação ao tema e por conceber a assistência judiciária como uma das formas de se efetivar o acesso à justiça, Mauro Cappelletti é adotado como marco teórico desse estudo.

A obra de Cappelletti que trata do acesso à justiça⁵², escrita em conjunto com o professor Bryant Garth, nos ensina que o sistema jurídico tem como finalidade permitir aos indivíduos que reivindiquem seus direitos e resolvam seus litígios através do poder estatal, o qual deve estar acessível a todos. Não menos

⁴⁹ MORAES, Guilherme Braga Peña de. **Assistência Jurídica. Defensoria Pública e o acesso à jurisdição no Estado Democrático de Direito**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1997. Pág. 30.

⁵⁰ CAPPELLETTI, Mauro. **Pobreza y Justicia**. In: **Proceso, Ideologias, Sociedad**”, **CienciadelProceso, EdicionesJuridicas** Europa-America, Buenos Aires, nº 64, págs. 164/165.

⁵¹ Art. 24. *Tutti possono agire in giudizio per la tutela dei propri diritti e interessi legittimi. La difesa è diritto inviolabile in ogni stato e grado del procedimento. Sono assicurati ai non abbienti, com appositi istituti, i mezzi per agire e difendersi davanti ad ogni giurisdizione. La legge determina le condizioni e i modi per la riparazione degli errori giudiziari.* Disponível em <https://www.senato.it/documenti/repository/istituzione/costituzione.pdf>

⁵² CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**: Trad. Ellen GracieNorthfleet. Porto Alegre: Fabris, 1988.

importante, Cappelletti e Garth entendem que o resultado prestado deve ser justo e efetivo, como um segundo viés do acesso à justiça. Tanto na referida obra como no presente trabalho, o enfoque está no primeiro ponto, a garantia do acesso das partes à justiça, como um direito, adotando como premissa básica o resultado efetivo da prestação estatal.

No dizer de referidos autores⁵³, o “*acesso*” *não é apenas um direito social fundamental, crescentemente reconhecido; ele é, também, necessariamente, o ponto central da moderna processualística*. Com o intuito de tornar efetivo o direito dos cidadãos que reclamam suas pretensões perante o poder público, Cappelletti e Garth se deparam com três obstáculos. Primeiramente, as custas judiciais representam um entrave no acesso à justiça, à medida que boa parte dos litigantes não possuem condições financeiras suficientes para arcar com os custos do processo, principalmente no que concerne aos honorários advocatícios. Os autores demonstram que, proporcionalmente, as pequenas causas são muito mais dispendiosas que as de alto valor, além de ressaltar que o tempo é um grande óbice, pois os efeitos da demora relacionados aos índices de inflação podem ser devastadores.

Para eles, o “auxílio de um advogado é essencial, senão indispensável para decifrar leis cada vez mais complexas e procedimentos misteriosos, necessários para ajuizar uma causa”⁵⁴. Apresentam o sistema *judicare*, proveniente de países europeus, em que os advogados particulares são remunerados pelo Estado, enquanto o hipossuficiente pode escolher o profissional perante uma lista⁵⁵ e pleitear gratuitamente até o limite de valor pago pelo Estado. Dentre as críticas que esse sistema recebe, está a questão da representatividade do pobre, não encarado como uma classe, como individualmente, devendo reconhecer suas causas e direitos de *per si*. Já os advogados remunerados pelo serviço público poderiam prestar esforços para tornar a classe pobre mais consciente de seus direitos, com nítidas vantagens

⁵³ CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. *Op.cit.* Pág. 13.

⁵⁴ *Ibidem*, pág. 32.

⁵⁵ *Ibidem*, pág. 35.

sobre o *judicare*⁵⁶. Reconhecida a limitação de cada um dos sistemas, é possível a criação de modelos combinados, como ocorre no Brasil, com defensores públicos e a nomeação de advogados particulares remunerados pelo poder público.

Em segundo lugar, apontam a possibilidade das partes, relacionada aos recursos financeiros de cada uma e possibilidade de arcar com a demora do processo. Da mesma forma, a aptidão para reconhecer a existência de um direito é muito mais afastada dos *despossuídos* que dos litigantes habituais⁵⁷, amparados por bons procuradores e acostumados com as demandas. Em relação ao hipossuficiente e litigante eventual, além disso, há que se reconhecer a pressão psicológica do universo jurídico, de procurar um advogado, de estar diante de um magistrado, de suportar o ambiente de um tribunal. Isso torna a justiça inacessível para algumas pessoas. Nesse aspecto, pode-se evidenciar a dificuldade dentro do processo laboral, à medida que o trabalhador, buscando seus direitos de natureza alimentar, arca com um prejuízo muito maior do que o empregador. A assistência jurídica, nesse ponto, se mostra de tamanha relevância, inclusive no que diz respeito ao reconhecimento dos direitos devidos e desrespeitados, o que não pode ser exigido, de *per si*, da parte hipossuficiente da relação, o empregado.

O terceiro obstáculo apontado pelos Autores é a questão dos direitos difusos, que encontram dificuldades por não despertar interesse em ser pleiteados a partir de uma demanda individual, além de não serem devidamente tutelados pelo Estado. A presente pesquisa não se presta à terceira constatação, uma vez que o acesso à justiça aqui desdobrado cinge-se aos pleitos individuais.

Para Cappelletti⁵⁸, a efetividade pode ser alcançada, numa perspectiva de direito substantivo, a partir da *igualdade de armas* das partes, pelo que a solução da controvérsia dedicar-se-ia apenas ao mérito do direito em discussão. Para ele, entretanto, tal ideia é utópica, pois a desigualdade material jamais poderia ser extirpada. O Poder Judiciário é politizado, o Direito é maculado com uma linguagem técnica que, com o aparente objetivo de levar justiça aos desvalidos, se torna um

⁵⁶ CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. *Op.cit.* Pág. 40.

⁵⁷ *Ibidem*, págs. 22/23.

⁵⁸ *Ibidem*, pág. 15.

meio de exploração e conservação das desigualdades sociais. Os institutos aqui estudados, portanto, apresentam tamanha relevância por aproximar os incapacitados das soluções que só podem ser alcançadas por meio do Judiciário. Alexandra Dantas⁵⁹ adverte:

O judiciário (a relação processual, a lei) além de ser de difícil ou mesmo impossível compreensão, pois somente quem dele tem conhecimento até mesmo pela linguagem excessivamente técnica, distante, misteriosa e desconhecida da grande maioria de seus verdadeiros destinatários, tornando-se assim, um privilégio dos ricos, preparados, com melhores condições e com advogados para obtenção de resultados mais positivos. É também conservador, porque permanece afastado do real poder econômico da grande maioria da população que não têm condição de arcar com as altas custas que envolvem uma demanda judicial. (...)

Nesse diapasão é que se pontua a importância de compreender o tema a partir da perspectiva do acesso à justiça e da responsabilidade social, sob pena de prejudicar os direitos dos cidadãos e da sociedade como um todo.

2.1 ASSISTÊNCIA JURÍDICA E O DIREITO DE ACESSO À JUSTIÇA

O acesso à justiça é encarado como um dos objetivos mais importantes do Estado, uma vez que se configura como o instrumento por meio do qual o jurisdicionado pode buscar a proteção de qualquer direito que lhe é violado. Nessa toada, é preciso compreender que o acesso à jurisdição contempla diversos outros princípios, dentre eles, a inafastabilidade da jurisdição perante qualquer lesão ou ameaça a direito – prevista no art. 5º, XXXV, da CF/88. Especialista no tema de assistência jurídica, Guilherme Braga Peña de Moraes disserta sobre os princípios

⁵⁹ DANTAS, Alexandre Fernandes. Acesso à Justiça e assistência jurídica gratuita no Brasil. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIV, n. 87, abr 2011. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9146>. Acesso em julho de 2016.

relacionados com o acesso à justiça, nesses incluídos o contraditório e a ampla defesa, o devido processo legal, a razoabilidade, dentre outros⁶⁰.

Os principais fundamentos, porém, da assistência judiciária são o princípio da isonomia e a igualdade perante a lei. Nesse âmbito, deve ser compreendida, inicialmente, uma desigualdade natural entre os indivíduos e, para garantir a justiça social, há que se levar em conta a igualdade na lei e perante a lei⁶¹, sem a concessão de privilégios injustificados. Por isso, há muito já existia a preocupação em garantir a possibilidade de defesa equânime entre as partes perante a jurisdição, com procuradores igualmente competentes e qualificados, o que se vislumbra pelo histórico exposto⁶².

Os benefícios de assistência e de gratuidade judiciária aqui estudados garantem que, independentemente da situação econômica de cada indivíduo que pretende a proteção do Estado, todos os jurisdicionados tenham acesso à justiça da mesma forma, com os mesmos direitos e garantias. É com tal objetivo, portanto, que se alcança a igualdade substancial e a redução da desigualdade social. Expõe Guilherme Peña de Moraes⁶³:

Entretanto, a desigualdade de natureza econômica é aquela dotada de caráter mais acentuado, visto que diversas aspirações humanas decorrem do *status* ou qualidade econômica do indivíduo. Cabe afirmar que, dentre as aspirações, se destaca, como direito relevante reconhecido aos homens, o direito de invocar o exercício da jurisdição, ou, de outra forma, o direito de postular a prestação jurisdicional visando a solução do conflitos de interesse, resultando, dele, a viabilização dos demais direitos reconhecidos e tutelados pelo ordenamento jurídico e não podendo ser restrito aos afortunados, mas, ao contrário, deve ser estendido aos hipossuficientes econômicos através de normas jurídicas de ordem pública e fundamentadas no princípio da igualdade ou princípio da isonomia.

Para promover a garantia do exercício de quaisquer outros direitos, é que o acesso à justiça é encarado como o cerne da proteção do indivíduo, visto por alguns

⁶⁰ MORAES, Guilherme Braga Peña de. **Assistência Jurídica. Defensoria Pública e o acesso à jurisdição no Estado Democrático de Direito**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1997. Págs. 14/24.

⁶¹ *Idem*.

⁶² Verificar, nesse sentido, o histórico delineado no primeiro capítulo, págs.12/18.

⁶³ MORAES, Guilherme Braga Peña de. *Op. Cit* (1997). Pág. 11.

autores como o maior de todos os direitos. Nas palavras de Cappelletti⁶⁴, *o direito ao acesso efetivo tem sido progressivamente reconhecido como sendo de importância capital entre os novos direitos individuais e sociais, uma vez que a titularidade de direitos é destituída de sentido, na ausência de mecanismos para sua efetiva reivindicação*, sendo reconhecido como o direito mais básico e fundamental do sistema jurídico moderno.

Na medida em que o pacto estatal não permite que cada indivíduo garanta o exercício de seus direitos pelas próprias mãos, o Estado atrai para si o dever de garantir o exercício dos direitos proclamados constitucionalmente, de forma ampla e gratuita. A vedação da autotutela garante a obrigatoriedade do acesso à justiça como responsabilidade estatal. Nesse sentido, construir instituições sólidas que permitam o acesso à jurisdição, aliado à insuficiência de recursos de grande parte dos jurisdicionados, tem sido um grande desafio no Estado Democrático de Direito. Opina Santos Júnior⁶⁵ que o alcance desse objetivo se relaciona diretamente com a superação das desigualdades sociais, *“as quais não obstante os esforços empreendidos pelo Estado Social, que não foram capazes de equilibrar suficientemente a balança social e econômica, haja vista estatisticamente provada concentração de renda em pequena parcela da população”*.

A partir do histórico exposto no capítulo anterior, é possível perceber que o acesso à justiça tem sido preocupação dos Estados há muito tempo, com a intenção de ampliar o alcance de tal direito, tanto em seu conteúdo, como qualitativamente, a todos os cidadãos. Vislumbra-se esse atento, por exemplo, quando a previsão constitucional passa de assistência judiciária para assistência jurídica. O alargamento, nesse caso, é qualitativo, à medida que o apoio especializado oferecido pelo Poder Público contempla não apenas a assistência durante o processo, mas antes, depois e independentemente dele. De acordo com a doutrina de Cappelletti⁶⁶, o acesso à justiça pode ser cada vez mais concretizado com a

⁶⁴ CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. *Op. cit.* Págs. 11/12.

⁶⁵ SANTOS JÚNIOR, Filoalder Moreira dos. História da assistência judiciária gratuita e da Defensoria Pública. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 19, n. 3858, 23 jan. 2014. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/26486>>. Acesso em setembro de 2016.

⁶⁶ CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. *Op. cit.* Pág. 71.

mudança da estrutura dos tribunais, criação de tribunais especializados e adaptados à demanda, uma mudança de mentalidade dos cidadãos, juízes e defensores, com *modificações no direito substantivo destinadas a evitar litígios ou facilitar sua solução e a utilização de mecanismos privados ou informais de solução dos litígios*.

Quando a prestação estatal é exercida independentemente de um processo judicial significa que a preocupação está, de fato, na solução da controvérsia, inclusive com a possibilidade de evitar um processo ou de resolver um litígio por meios alternativos, como a mediação. A consequência dessa postura é uma mudança da cultura de judicialização das controvérsias, preocupando-se de fato com o acesso à justiça em si e não com o acesso gratuito e premiativo ao Poder Judiciário. Nesse sentido, Ada Pellegrini Grinover⁶⁷ aponta que a passagem da assistência judiciária para a assistência jurídica permite a informação e conscientização, com a devida orientação extraprocessual que conduz à solução pacífica de conflitos, alternativamente ao processo.

Outro viés que pode ser analisado para perceber a maior preocupação com a justiça é o relaxamento de requisitos para o alcance dos benefícios em questão. Com a apresentação do histórico foi possível perceber que, para obstar a concessão de benefício a todos os cidadãos, utilizavam-se critérios, como a seleção de determinadas matérias ou ações, ou a comprovação de miserabilidade para demandar - o que é presumido atualmente. Tal restrição era justificada em razão de insuficiência de recursos para atender todos os cidadãos em todos os tipos de demandas e em todos os graus de jurisdição.

O cenário brasileiro atual, portanto, configura grande avanço na possibilidade de acessar a justiça, uma vez que a pretensão legislativa é contemplar todos os cidadãos, em todas as instâncias, em qualquer tipo de demanda e a qualquer beneficiário que teria seu sustento prejudicado com o pagamento das custas processuais ou de honorários advocatícios. É importante, nesse enfoque,

⁶⁷ MORAES, Humberto Peña de. Assistência Judiciária Pública e os mecanismos de acesso à justiça, no estado democrático. **Revista de Direito da Defensoria Pública**, Rio de Janeiro, vol 02. n.03. ago/set. 1989. Pág. 241. (GRINOVER apud MORAES, 1989, p. 84).

analisar a questão da responsabilidade social desses benefícios, a partir da perspectiva do beneficiário e, também, da sociedade como um todo.

2.2 RESPONSABILIDADE SOCIAL – PRESUNÇÃO DE POBREZA, PATRIMÔNIO E LITIGANTES DE MÁ-FÉ

Ressaltado o dever do Estado de promover o acesso à justiça, que pode ser concretizado, dentre outras formas expostas por Cappelletti, através da assistência judiciária, reflete-se nesse momento acerca dos efeitos dos benefícios sob o viés da responsabilidade social.

A previsão constitucional garante *assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos* – art. 5º, LXXIV, CF. A disposição da Lei nº 1.060 é de assistência judiciária aos necessitados, considerando as disposições revogadas pelo Novo Código de Processo Civil, o qual garante a gratuidade da justiça às pessoas com insuficiência de recursos (art. 98 e segs. CPC/15). Um grande avanço nesse sentido foi receber a declaração de pobreza do requerente como verdadeira de forma presumida, sendo suficiente a ensejar o deferimento dos benefícios.

Vale ressaltar que a condição de miserabilidade jurídica não deve ser encarada de forma que o peticionário esteja em condições materiais de miséria para requerer quaisquer dos benefícios. Para Marcacini⁶⁸, “uma pessoa mesmo fazendo parte da classe média, pode não ter como pagar sequer custas iniciais relativas a processo em que venha a demandar bens de valor desproporcionalmente elevado”.

Alguns autores⁶⁹ apontam a diferença de pobreza judicial e extrajudicial. Extrajudicialmente, pobre é quem não possui renda suficiente para arcar com custos

⁶⁸ MARCACINI, Augusto Tavares Rosa. *Op. Cit.* Pág. 90.

⁶⁹ PASSOS, Danielle de Paula Maciel dos. Assistência jurídica, assistência judiciária e justiça gratuita: evolução histórica, distinções e beneficiários. **Conteúdo Jurídico**, Brasília-DF: 13 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.41157&seo=1>>. Acesso em outubro de 2016.

básicos de uma vida digna⁷⁰, enquanto a pobreza judicial é o que tem o sustento próprio ou familiar impactado se efetua o pagamento de custas judiciais. Para Mendonça⁷¹:

O julgamento correto de pedidos de Justiça Gratuita exige dos julgadores pleno conhecimento do que sejam as pobreza judicial e extrajudicial. A maioria das decisões denegatórias que analisamos tratou a pobreza judicial como se fosse extrajudicial, incorrendo em grave equívoco hermenêutico e consequentemente produziu decisão injusta.

Dentro da mesma racionalidade, ainda que típica do direito tributário, está a diferença de capacidade econômica e financeira⁷². Qualquer indivíduo que disponha de alguma riqueza, que possua rendimentos, salário, alguma propriedade, detém capacidade econômica. A capacidade contributiva só pode existir quando, além de suprir as necessidades vitais, há riqueza suficiente para contribuir para a manutenção do Estado no exercício de suas funções. Dessa forma, no âmbito da assistência judiciária, principalmente no direito laboral, a existência de patrimônio do requerente pode apenas configurar capacidade econômica, mas não pressupor a capacidade de pagar as custas judiciais.

A existência de bens móveis ou imóveis ou o fato de auferir renda significativa não deve configurar empecilho para a obtenção dos benefícios em comento. Para Marcacini⁷³, mesmo que a parte possua patrimônio ou rendimentos suficientes para arcar com as custas, não é razoável exigir que se desfaça deles para poder alcançar a proteção estatal. Na opinião de Nelson Nery Jr.⁷⁴, “a garantia constitucional do acesso à justiça não significa que o processo deva ser gratuito. No

⁷⁰ “Art. 7º (...) IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim”. Fonte: BRASIL. Constituição (1988). Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

⁷¹ MENDONÇA, Hilton. **Justiça Gratuita**. São Luís, Mendonça Livros, 2003. Pág. 14.

⁷² VIEIRA, José Roberto. A extrafiscalidade da Lei 12.715/2012 e a capacidade contributiva: a convivência do lobo e do cordeiro? *In: Revista de Direito Tributário* 118. Editora Malheiros: São Paulo, 2013. Págs. 24/25.

⁷³ MARCACINI, Augusto Tavares Rosa. *Op. Cit.* Pág. 85.

⁷⁴ NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código de Processo Civil comentado e legislação extravagante**. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003. Pág. 98.

entanto, se a taxa judiciária for excessiva de modo a criar obstáculo ao acesso à justiça, tem-se entendido ser ela inconstitucional”.

A presunção de pobreza jurídica por meio da simples declaração representa grande avanço no acesso à justiça. A boa-fé das partes deve ser presumida, tanto como a ética processual, para a concessão dos benefícios de assistência judiciária a partir da simples afirmação. Além disso, a verificação prática das condições financeiras de cada requerente comprometeria seriamente a celeridade e efetividade do processo. Em particular, no direito do trabalho, mais importante ainda é a presunção da pobreza do trabalhador, com interesse na rápida solução do litígio para o alcance das verbas que pleiteia em decorrência do exercício de seu trabalho.

Ressalta-se, ainda, que a legislação apresenta disposições contra litigantes que não fariam jus aos benefícios. A revogação do benefício bem como a previsão de pagamento do décuplo das custas devidas, atualmente prevista no parágrafo único do art. 100 do Novo Código Processual⁷⁵, parece resolver a questão de partes que intentam forjar sua situação econômica, prestando em falso a declaração de fragilidade econômica. O art. 98, § 3º, do mesmo diploma garante ao credor a exigibilidade do pagamento das obrigações da sucumbência, em no máximo cinco anos, se demonstrar que deixou de existir a condição de insuficiência de recursos.

Há que se atentar, porém, que a concessão dos benefícios de assistência judiciária e justiça gratuita não representam a mera isenção de pagamento dos litigantes, mas a responsabilidade do Estado em arcar com as despesas decorrentes do processo. A remuneração de defensores públicos, de honorários periciais, custas de atividades extrajudiciais importam em ônus arcados por toda a sociedade.

A partir de um viés da gratuidade judiciária, reflete-se, por exemplo, acerca da isenção ao pagamento dos honorários periciais. A perícia é instrumento importante na justiça laboral, diante da habitualidade de trabalho sob condições degradantes, o que enseja o pagamento de adicional de insalubridade ou periculosidade. Quando o reclamante é sucumbente no pedido, a União é

⁷⁵ “Art. 100 (...) Parágrafo único. Revogado o benefício, a parte arcará com as despesas processuais que tiver deixado de adiantar e pagará, em caso de má-fé, até o décuplo de seu valor a título de multa, que será revertida em benefício da Fazenda Pública estadual ou federal e poderá ser inscrita em dívida ativa.”. Código de Processo Civil (Lei 13.105, de 16 de março de 2015), em anexo.

responsável pelo pagamento dos honorários do perito. A cada perícia realizada em que o obreiro é sucumbente, um valor significativo do orçamento da União é utilizado para o pagamento dos honorários periciais, muitas vezes arbitrados pelos magistrados sem qualquer proporcionalidade. Conforme as disposições do Código de Processo Civil, em seu artigo 95:

Art. 95 (...) § 3º Quando o pagamento da perícia for de responsabilidade de beneficiário de gratuidade da justiça, ela poderá ser:

I - custeada com recursos alocados no orçamento do ente público e realizada por servidor do Poder Judiciário ou por órgão público conveniado;

II - paga com recursos alocados no orçamento da União, do Estado ou do Distrito Federal, no caso de ser realizada por particular, hipótese em que o valor será fixado conforme tabela do tribunal respectivo ou, em caso de sua omissão, do Conselho Nacional de Justiça.

§ 4º Na hipótese do § 3º, o juiz, após o trânsito em julgado da decisão final, oficiará a Fazenda Pública para que promova, contra quem tiver sido condenado ao pagamento das despesas processuais, a execução dos valores gastos com a perícia particular ou com a utilização de servidor público ou da estrutura de órgão público, observando-se, caso o responsável pelo pagamento das despesas seja beneficiário de gratuidade da justiça, o disposto no art. 98, § 2º.

§ 5º Para fins de aplicação do § 3º, é vedada a utilização de recursos do fundo de custeio da Defensoria Pública.

Por outro lado, há que se atentar para os litigantes que se aproveitam da ausência de sucumbência e gratuidade do acesso à justiça e, de má-fé, procuram o Judiciário de forma ímproba. O abuso de direito deve implicar sanção pois afronta a ética, lealdade e probidade processual. Para isso, há previsão de recolhimento de custas dispensadas em caso da revogação do benefício, além da responsabilidade do litigante de má-fé pelo pagamento de multa, pelo que se lê dos artigos 98, § 4º, e 102 do CPC/15.

Nesse sentido, opina Radson Duarte⁷⁶:

Com efeito, a assistência judiciária consiste na inexistência de entraves de natureza financeira no acesso à prestação jurisdicional, de forma que o direito à assistência só se justifica quando a parte, na

⁷⁶ DUARTE, Radson Rangel Ferreira. **A litigância de má-fé: honorários advocatícios e assistência judiciária**. Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 18. Região. Goiânia, Go, n.7 (jan./dez. 2004), Págs.72/77.

busca dessa tutela jurisdicional, age na mais completa boa-fé, uma vez que a má-fé atinge não só a parte contrária, mas, principalmente, o Estado, no importante instrumento – o processo – colocado à disposição das pessoas na busca da solução dos conflitos intersubjetivos, razão pela qual qualquer atentado a esse instrumento deve ser obstada. Ora, não se justifica a inexistência de óbices no acesso ao judiciário se nesse acesso a parte conduz-se de forma desleal; sob um enfoque metafórico, poder-se-ia dizer que um anfitrião não abre as portas de sua casa a alguém que ali adentra com a intenção de subtrair-lhe seus bens. A partir do momento em que o litigante atua de forma divorciada dos parâmetros éticos do processo, a liberdade conferida pela assistência judiciária deve ser restringida, sob pena de esta autorizar verdadeiras aberrações jurídicas. (...) À guisa de conclusão, podemos dizer que a prática de litigância de má-fé, no processo do trabalho afasta o direito à assistência judiciária, ainda que presentes os demais requisitos, além de ensejar a condenação em honorários advocatícios, mesmo que não haja assistência sindical.

Essencial, portanto, a percepção de que os institutos devem ser manejados com proporcionalidade, sob a ótica de responsabilidade social, com o objetivo de garantir o acesso à justiça como dever do Estado para que se alcance a justiça substancial. Observou-se, com o exposto, que a presunção de pobreza garante a efetividade e celeridade do processo, principalmente no âmbito juslaboral, independente do patrimônio ou rendimentos do beneficiário. Atestou-se, ainda, que a legislação contempla mecanismos contra litigantes que não cumpram os requisitos para fazer jus aos benefícios, principalmente no que diz respeito aos litigantes de má-fé. A reflexão se apresenta relevante a partir da percepção do ônus imposto à sociedade para efetivar a gratuidade do acesso à justiça, o que deve ser manejado com responsabilidade. Interessante observar, a partir dessa constatação, como é a prática processual, o que será feito a seguir.

3. OS INSTITUTOS JURÍDICOS SOB A DETERMINAÇÃO DO REAL

Efetuada a reflexão sobre as possibilidades de efetivação do acesso à justiça por meio dos benefícios da gratuidade da justiça e assistência judiciária, além de suas características e limites, interessante se faz a análise dos institutos na prática. Considerada a relevância do tema aqui estudado para a concretização do acesso à justiça, vislumbram-se vários pontos aptos a ensejar a discussão, tanto no que se refere à justiça gratuita, quanto à assistência judiciária.

Dentre as diversas questões que possibilitam o debate, algumas já foram pacificadas por meio da elaboração de súmulas ou orientações jurisprudenciais pelos Tribunais Regionais e pelo Tribunal Superior do Trabalho. Destacam-se, nessa toada, duas orientações jurisprudenciais, ambas da SDI-1 do TST:

269. JUSTIÇA GRATUITA. REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE DESPESAS PROCESSUAIS. MOMENTO OPORTUNO (inserida em 27.09.2002)

O benefício da justiça gratuita pode ser requerido em qualquer tempo ou grau de jurisdição, desde que, na fase recursal, seja o requerimento formulado no prazo alusivo ao recurso.
(...)

304. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. COMPROVAÇÃO (DJ 11.08.2003)

Atendidos os requisitos da Lei nº 5.584/70 (art. 14, § 2º), para a concessão da assistência judiciária, basta a simples afirmação do declarante ou de seu advogado, na petição inicial, para se considerar configurada a sua situação econômica (art. 4º, § 1º, da Lei nº 7.510/86, que deu nova redação à Lei nº 1.060/50).

A primeira orientação se refere ao momento oportuno para fazer o pedido de justiça gratuita, dentro do prazo do recurso se efetuado na fase recursal. Tal questão, que já ensejou muito debate⁷⁷, encontra-se atualmente sanada pelo parágrafo sétimo do artigo 99 do CPC/15, restando clara a possibilidade de efetuar o pedido posteriormente à petição inicial, sem prejuízo do beneficiário. O segundo ponto se refere a já mencionada presunção da veracidade da declaração de

⁷⁷ CAHALI, Yussef Said. **Honorários advocatícios**. 3.ª ed. revisada e ampliada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1997. Págs. 102/149.

miserabilidade, que enseja a concessão do benefício. Ressalta-se, nesse ponto, que mesmo com a exposta orientação jurisprudencial e previsão legal de suficiência da mera afirmação de pobreza, muitos juízes indeferem a concessão da benesse em razão de o requerente não ter apresentado elementos suficientes a comprovar a condição de pobreza. É por essa razão que se entende relevante o debate, com a conseguinte exposição de acórdãos selecionados, à medida que a divergência de entendimento entre os magistrados representa tratamento não equitativo entre as partes e óbice ao acesso à justiça.

Maior discrepância ocorre quando é feita uma comparação entre o processo comum e trabalhista, uma vez que a posição da magistratura encontra diversas linhas de entendimento. Ainda que estejam sob o mesmo fundamento legal no aspecto da justiça gratuita – antes a Lei 1.060/50 e atualmente o novo Código Processual Civil, os processos comum e trabalhista apresentam uma enorme dissonância na prática jurisprudencial. A cultura juslaboral de proteção ao trabalhador, como já exposto, colabora com a concessão da justiça gratuita na grande maioria dos casos, enquanto no processo civil são comuns os casos de indeferimento por não comprovação da miserabilidade. O estudo, portanto, não tem a pretensão de equiparar os institutos no processo civil e no trabalhista, mas analisar os requisitos constitucionais e legais dos benefícios e o diferente posicionamento dos magistrados, que indica ofensa aos direitos adquiridos historicamente.

3.1 ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA TRABALHISTA SOB O TEMA DA JUSTIÇA GRATUITA

Em razão do corte temático do presente trabalho, foram selecionadas decisões – sentenças e acórdãos – apenas no âmbito justrabalhista, provenientes da jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região. Assume-se, inicialmente, que a presente análise jurisprudencial não tem a pretensão de esgotar o conteúdo das decisões sobre o tema ou classifica-las. A seleção foi feita a partir de julgados que permitem uma reflexão e crítica, por demonstrar algum aspecto polêmico ou

distorcido, de forma a revelar qual é a atuação da magistratura. Para isso, são expostos julgados ícones com temas específicos.

Quanto à justiça gratuita, inicialmente, analisou-se que o requisito para a concessão do benefício em comento é a mera declaração de pobreza, sem a necessidade de comprovar a insuficiência de recursos, em decorrência da presunção de veracidade da declaração. Tanto pelo revogado artigo sétimo da Lei 1.060/50⁷⁸ quanto pela disposição do art. 100 do CPC/15⁷⁹, a parte contrária poderá impugnar o pedido no processo, mediante comprovação de que o requerente possui condições de arcar com as custas sem prejuízo próprio ou familiar. Isso representa a inversão do ônus da prova, visto que é presumida como verdadeira a alegação do requerente e a parte contrária tem o ônus de desconstituí-la.

Ocorre, nesses casos, que a parte contrária não possui interesse em impugnar o pedido, uma vez que o seu deferimento importa em ônus ao Estado e não ao Réu. Além disso, não há na Justiça Laboral a condenação às verbas sucumbenciais, porquanto é indiferente para o Reclamado se o Reclamante é ou não beneficiário de assistência judiciária ou justiça gratuita, uma vez que não receberá, de qualquer forma, os honorários advocatícios. O seguinte julgado⁸⁰, portanto, inadmite a impugnação do Réu pela inexistência de interesse:

No tópico "da assistência judiciária gratuita", insurge-se a parte Ré contra o deferimento da assistência judiciária gratuita ao Reclamante. A concessão dos benefícios da Justiça gratuita ao Autor não tem o condão de tornar a parte Ré sucumbente. Em verdade, carece a Recorrente de interesse recursal, pois nenhum prejuízo lhe advém de tal concessão. Atendidos os requisitos da Lei 1.060/1950, impõe-se a concessão, por se tratar de direito subjetivo público. Precedentes: RO 25432-2009-001-09-00-7, publicado em 24/04/2012, relatora Exma. Desembargadora do Trabalho Marlene T. Fuverki Suguimatsu e RO 20533-2010-651-09-00-0, publicado em 11/11/2011, Relator Exmo. Desembargador Paulo Ricardo Pozzolo. (...)

⁷⁸ Art. 7º. A parte contrária poderá, em qualquer fase da lide, requerer a revogação dos benefícios de assistência, desde que prove a inexistência ou o desaparecimento dos requisitos essenciais à sua concessão. (Revogado pela Lei n.º 13.105, de 2015).

⁷⁹ Art. 100. Deferido o pedido, a parte contrária poderá oferecer impugnação na contestação, na réplica, nas contrarrazões de recurso ou, nos casos de pedido superveniente ou formulado por terceiro, por meio de petição simples, a ser apresentada no prazo de 15 (quinze) dias, nos autos do próprio processo, sem suspensão de seu curso.

⁸⁰ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho. Autos de Recurso Ordinário 9186 2012 863 3 9 003. Relator: Des. Ricardo Tadeu Marques da Fonseca. 6ª Turma. Publicado no DEJT em 28/11/2014.

Assim sendo, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso ordinário do Reclamado, exceto quanto aos tópicos "da assistência judiciária gratuita" e "das vendas de papéis - reflexos - FGTS", por ausência de interesse recursal.

No julgado adotado como precedente, o recurso foi conhecido nesse aspecto, mas improvido nos seguintes termos⁸¹:

3. Justiça gratuita

A ré alega que a sentença merece reforma por ter deferido à autora os benefícios da justiça gratuita (fls. 859/860).

Em primeiro lugar, observa-se que falece interesse à recorrente questionar o deferimento de justiça gratuita à autora, sob o prisma das custas, que são recolhidas aos cofres públicos. Segundo, a gratuidade da justiça é um direito subjetivo público, outorgado pela Lei 1.060/1950 e pela Constituição da República. O caput do artigo 4º da Lei 1.060/1950 autoriza a concessão do benefício mediante simples afirmação de sua necessidade na própria petição inicial. A afirmação da autora de que não dispunha de recursos para custear o processo revelou-se suficiente para que o julgador de primeiro grau tivesse concedido a isenção de custas processuais.

Nesse sentido:

(...)

JUSTIÇA GRATUITA - DECLARAÇÃO FIRMADA PELO RECLAMANTE - CONCESSÃO MANTIDA - A concessão da justiça gratuita teve por motivação a declaração de insuficiência de recursos firmada pelo reclamante e não por auferir ganhos igual ou inferior ao salário mínimo. Mantêm-se os benefícios concedidos. (TRT 14ª R. - AgRg-RO 00028.2003.005.14.00-3 - Relª Juiz Vilmar de Araújo Coelho Junior - DOJT 19.10.2004)

Portanto, não há reformas a empreender na sentença que considerou a autora beneficiária da justiça gratuita.

Mantenho.

Outra reflexão válida nesse tema é a limitação do valor custeado pela União para a realização de perícias. Além da análise dos benefícios a partir da perspectiva do Reclamante, que deve ter garantido o acesso à justiça, procedeu-se a reflexão sobre o tema na visão da responsabilidade social. Ainda que denominadas gratuitas, tais garantias importam em ônus à sociedade e devem ser encaradas com responsabilidade por parte dos juízes. Cada deferimento de benefício importa na transferência de recursos da União para atender a demanda do requerente, inclusive

⁸¹ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho 9ª Região. Autos de Recurso Ordinário 25432-2009-001-09-00-7.Relatora: Dra Marlene Teresinha Fuverki Suguimatsu, 2 Turma. Publicado em no DEJT 26 de abril de 2012.

a remuneração de terceiros. Em meio à crise política e econômica que se passa atualmente, é importante a observação da responsabilidade pelos recursos repassados à Justiça do Trabalho.

Em caso de pedidos de perícia sem qualquer fundamento e ainda com a condenação de altos valores de honorários periciais, visto que sucumbente o Autor, cada processo demandaria uma alta quantia para pagamento, de até cinco mil reais para remunerar o perito, o que importaria em grande dificuldade para a manutenção e efetividade da Justiça do Trabalho. Com a Resolução 66/2010 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, optou-se pela limitação do valor dedicado à remuneração do perito, estabelecido em mil reais, atualizado anualmente, o que geralmente não é observado pelos magistrados. No caso a seguir, com a concessão da justiça gratuita, o Magistrado entendeu como suspensa a obrigação do pagamento por parte do Reclamante, arcando a União quanto aos honorários periciais, limitado ao valor previsto na Resolução 66/2010⁸², ressalvada a possibilidade de pagamento pelo beneficiário se alteradas suas condições e revogado o benefício:

Na presente demanda, a reclamante obteve êxito, ainda que parcial, sendo-lhe reconhecido o direito a horas extraordinárias e reflexos, decorrente do inadimplemento de horas in itinere (sentença, fl. 586/587). Todavia, o fato é que os valores devidos a esse título são insuficientes para o pagamento dos honorários periciais, razão pela qual é o caso de presumir-se "insuficiência de recursos". Portanto, em que pese ao fato de que suas pretensões tenham sido parcialmente acolhidas, a condição suspensiva mencionada no parágrafo 3º do artigo 98 do novo CPC é empecilho à exigibilidade do pagamento de honorários periciais, que deve ficar suspensa.

Por outro lado, concedida a gratuidade de justiça (sentença, fl. 591), a União é responsável pelo pagamento dos honorários de perito quando a parte sucumbente no objeto da perícia for beneficiária da assistência judiciária gratuita, observado o procedimento disposto nos arts. 1º, 2º e 5º da Resolução n.º 66/2010 do CSJT. Nesse sentido a Súmula nº 457 do colendo TST.

Para tanto, é necessário que estejam presentes os requisitos exigidos no artigo 2º da Resolução nº 66/2010 do CSJT, e limitado o valor dos honorários a R\$ 1.302,00 (um mil trezentos e dois reais), nos termos do artigo 6º do Provimento Presidência/Corregedoria nº 1/2015,

⁸² BRASIL, Conselho Superior da Justiça do Trabalho. **Resolução 66/2010**. Disponível em: http://www.justra.gov.br/legislacao/base_de_dados_legislacao/resolucoes/Resolu%E7%E3o%20N%Bo%2066-2010.pdf Acesso em outubro de 2016.

ressalvada, entretanto, a possibilidade de revogação do benefício da justiça gratuita, se constatada, nos autos, alteração das condições econômico-financeiras da reclamante, nos termos do artigo 8º da Lei nº 1.060/1950.

Em decorrência do exposto, dou provimento ao recurso da reclamada para inverter o ônus de sucumbência e atribuir à reclamante a responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais, cuja exigibilidade fica suspensa, determinando-se a expedição de requisição ao Excelentíssimo Desembargador Presidente deste Tribunal para o pagamento da quantia ainda devida a tal título (descontado o valor adiantado - fl. 281), com observância dos artigos 5º e 6º da Resolução nº 66/2010 do CSJT e do artigo 6º do Provimento Presidência/Corregedoria nº 1/2015⁸³.

Outros, porém, encaram que a limitação deve ser aplicada apenas se o crédito advindo da demanda é de até dois salários mínimos. Observa-se, nesse caso, mais uma disfunção na interpretação, uma vez que não há norma a amparar tal entendimento, já que o recebimento de crédito maior que dois salários mínimos não retira o direito ao benefício⁸⁴:

JUSTIÇA GRATUITA E HONORÁRIOS PERICIAIS. Apenas para os beneficiários da gratuidade de justiça cujo crédito da reclamatória trabalhista seja inferior a dois salários mínimos aplica-se o disposto nas Resoluções 66/2010 e 78/201 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Assim, atribui-se ao E. TRT 9ª Região, com verba própria para esse fim (Resolução nº 66/2010 do CSJT e do Provimento Presidência/Corregedoria nº 01/2015 do TRT da 9ª Região), a responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais, salvo vindo o crédito do Reclamante no presente feito, a ultrapassar dois salários mínimos.

(...)

Se o Autor faz jus ao benefício da justiça gratuita, não deve arcar com o pagamento de honorários periciais, nos moldes dos artigos 5º, LXXIV, da Constituição Federal e 790-B da CLT. No entanto, esta 5ª Turma entende que somente para os beneficiários da gratuidade de justiça cujo crédito da reclamatória trabalhista seja inferior a dois salários mínimos aplica-se o disposto nas Resoluções 66/2010 e 78/201 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Vindo o crédito reconhecido em juízo a ultrapassar esse valor, não prevalecerá a condição legal de necessitado. Em tal situação, o Autor deverá suportar o pagamento dos honorários com o valor excedente, o que será aferido oportunamente pelo Juízo da Execução. Tal entendimento tem como fundamento o disposto na Lei 1.060/50, arts.

⁸³ BRASIL, Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região. Autos de Recurso Ordinário 02171-2014-125-09-00-2. Relator: Des. Altino Pedrozo dos Santos, 7ª Turma. Publicado no DEJT em 04/11/2016.

⁸⁴ BRASIL, Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região. Autos de Recurso Ordinário Autos 05240-2014-020-09-00-0, 5ª Turma. Relator: Des. Sérgio Guimarães Sampaio. Publicado no DEJT em 20/05/2016.

7º e 8º, que tratam da alteração das condições econômico-financeiras do beneficiário.

Por fim, expõe-se o entendimento em que se entende pela não isenção dos honorários periciais em razão do sucesso da demanda. Mais uma vez, não se vislumbra qualquer amparo normativo para tal entendimento, já que o requisito imposto legalmente é a declaração de pobreza. Deferida a justiça gratuita, incluindo o pagamento dos honorários periciais, não há que se falar em pagamento pelo beneficiário em razão do mero sucesso na demanda⁸⁵:

Melhor refletindo sobre a matéria, a 7ª Turma firmou posicionamento no sentido de que o reclamante "não faz jus à suspensão da exigibilidade de pagamento dos honorários periciais quando obtém sucesso, ainda que parcial, em sua demanda, porquanto deixa de atender ao requisito da insuficiência de recursos para tanto" (Precedente RO 0001298-63.2014.5.09.0130, Relatora Des. Nair Maria Lunardelli Ramos, Revisor Des. Altino Pedrozo dos Santos e Terceiro magistrado Des. Benedito Xavier da Silva, Sessão de Julgamento do dia 24.05.2016).

(...)

Na espécie, o reclamante obteve sucesso parcial em suas pretensões e isso implica reconhecer que a "insuficiência de recursos" para efetuar o pagamento dos honorários periciais deixou de existir, tornando injustificável imputar aos cofres públicos a obrigação de suportar o pagamento desse encargo, pena de enriquecimento sem causa.

Portanto, caberia ao reclamante o pagamento dos honorários periciais.

No entanto, a sentença estabeleceu a requisição da diferença devida à Secretaria de Execução Contábil, Orçamentária e Financeira do E. TRT, e sendo vedada a reformatio in pejus, nada a prover.

No capítulo precedente foi exposta a relação da litigância de má-fé com a concessão do benefício da justiça gratuita, em que parte da doutrina reconheceu como devido o afastamento de qualquer benesse se o requerente litiga de má-fé. Entendimento diverso, porém, é encontrado na jurisprudência, por meio da qual se adota o Recurso Ordinário 41808-2013-005-09-00-2, com acórdão proferido em 23 de fevereiro de 2016, proveniente da Segunda Turma do Regional, em que se

⁸⁵ BRASIL, Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região. Autos de Recurso Ordinário 00991-2015-022-09-00-3. Relator Desembargador Benedito Xavier da Silva. 7ª Turma. Publicado no DEJT em 28/10/2016.

entendeu pela manutenção em segundo grau da multa por litigância de má-fé, nos seguintes termos:

É indiscutível que o acesso à justiça, por meio do devido processo legal, consubstanciado no regular exercício do contraditório e da ampla defesa é direito constitucionalmente garantido aos cidadãos brasileiros após a promulgação de nossa Carta Política de 1988.

Pontuo, todavia, que o exercício de tal prerrogativa deve observar todas as demais normas e princípios vigentes em nosso ordenamento jurídico-constitucional, a fim de se evitar a colisão entre direitos fundamentais.

Esclareço que, na mesma medida em que a ordem constitucional vigente atribui à ampla defesa o status de direito fundamental, impõe às partes, que dela pretendam se apropriar, o dever de atuarem em observância aos primados da dignidade da pessoa humana, lealdade e boa-fé objetiva.

É vedado aos litigantes, por conseguinte, utilizarem-se do processo de modo a evitar a efetiva distribuição da justiça, a partir do emprego de meios inadequados e desleais (dever de lealdade), além do que, não pode o processo ser utilizado como mero instrumento de validação de condutas ilícitamente praticadas, ou seja, deve ser observada a máxima de que não pode a parte beneficiar-se de sua própria torpeza.

O acesso à justiça, dessarte, não pode ocorrer em desrespeito aos princípios fundamentais da dignidade da pessoa humana e do devido processo legal, pois este último somente é aperfeiçoado com a estrita observância dos deveres processuais das partes, dentre os quais merecem especial destaque os da boa-fé objetiva e da lealdade. (grifei)

A fundamentação, portanto, observou que deve sim ser garantido aos litigantes o acesso à justiça, mas que é necessária, também, a observância dos demais princípios que regem o processo, como o dever de lealdade. Prossegue:

Cristalino que, se a Reclamante apresentou à empregadora atestado médico com conteúdo sabidamente adulterado e usufruiu dos descansos irregularmente nele lançados, não houve qualquer incongruência na penalidade máxima (dispensa por justa causa) aplicada pela Ré.

Nesse passo, pois, o ajuizamento de demanda com o fito de reverter a justa causa que lhe fora aplicada e a obtenção de proveito econômico, por meio da alteração da verdade dos fatos efetivamente ocorridos, configura indiscutivelmente a inobservância dos deveres processuais da parte acima delineados (lealdade e boa-fé objetiva) e, portanto, torna-se inafastável o reconhecimento da litigância de má-fé e imputação da sanção pecuniária inscrita no já mencionado artigo 18 do CPC.

(...)

Não há, dessarte, qualquer irregularidade na r. sentença no que tange à multa prevista no artigo 18 do CPC, razão pela qual não há que se falar em reforma neste particular.
Nego provimento.

Em que pese o reconhecimento da postura de má-fé da Requerente, com a condenação ao pagamento da multa mantida pelo Tribunal, não foi revogada, porém, a concessão do benefício da justiça gratuita. O entendimento, portanto, é de que o reconhecimento da postura ímproba do demandante não tem relação direta com o afastamento do benefício da gratuidade, pelo que se observa:

Para a concessão do benefício em comento, na atual sistemática legal, basta a declaração de não estar em condições de pagar as custas e despesas processuais sem prejuízo de seu sustento e de sua família, firmada de próprio punho ou pelo advogado detentor dos poderes da cláusula ad judicia (art. 37 do CPC), conforme autoriza o art. 4º da Lei 1.060/1950. (...)

Acréscimo que eventual reconhecimento de ato processual capaz de sustentar a aplicação de multa por litigância de má-fé não detém o condão de afastar a benesse ora concedida, uma vez que aludidos institutos não se confundem. Elucidativa a seguinte ementa:

"RECURSO DE REVISTA. RITO SUMARÍSSIMO . DESERÇÃO - DEPÓSITO RECURSAL - MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. O depósito recursal - previsto no art. 899 da CLT - tem a finalidade de garantir o juízo e é recolhido na conta vinculada do FGTS - cujo titular é o empregado. Assim, não há como exigir do empregado o recolhimento do depósito recursal para a interposição do recurso ordinário. Sequer se faz necessário o pagamento de custas processuais em relação à multa por litigância de má-fé, ante a falta de previsão legal. Oportuno mencionar que a jurisprudência desta Corte, por meio da Orientação Jurisprudencial nº 409 da SBDI-1, estabelece que o recolhimento do valor da multa imposta por litigância de má-fé, nos termos do art. 18 do CPC, não é pressuposto objetivo para interposição dos recursos de natureza trabalhista. Recurso de revista a que se dá provimento." (TST , Relator: Kátia Magalhães Arruda, Data de Julgamento: 25/03/2015, 6ª Turma)

Os benefícios da assistência judiciária gratuita, ademais, visam garantir à parte hipossuficiente do ponto de vista financeiro o efetivo acesso à tutela jurisdicional.

Friso, oportunamente, que as benesses da justiça gratuita abarcam tão somente despesas processuais tais como custas e depósito recursal, não se referindo, dessarte, a multas e eventuais condenações em pecúnia impostas às partes. (...) (grifei).

Interessante apontar, nesse caso, a Orientação Jurisprudencial 409 da SDI-1 do TST, dispondo que *o recolhimento do valor da multa imposta como sanção por litigância de má-fé (art. 81 do CPC de 2015 – art. 18 do CPC de 1973) não é*

pressuposto objetivo para interposição dos recursos de natureza trabalhista. Portanto, além da disposição do parágrafo quarto do art. 98 do CPC/15, que excetua a isenção do pagamento de multas na gratuidade judiciária, tal Orientação define que seu não pagamento não é óbice para recebimento de recurso.

3.2 ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA TRABALHISTA SOB O TEMA DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

O primeiro ponto a ser debatido é a cobrança de honorários pelo Sindicato à parte beneficiária da justiça gratuita. Como evidenciado em capítulo precedente, o acesso à justiça se concretiza por meio dos benefícios de assistência jurídica, judiciária e justiça gratuita. Para alcançar sua finalidade, tais benesses necessariamente devem ser gratuitas, sob pena de desnaturalizar totalmente a responsabilidade estatal de concretização dos direitos. Sem tal cuidado, a defesa dos trabalhadores estaria nas mãos dos advogados particulares e, por consequência, inacessível à maior parte da população, insuficiente de recursos.

No Direito do Trabalho, a assistência judiciária deve ser prestada pelo Sindicato da categoria, de forma gratuita, como prevê a Lei 5.584/70. Em geral, tal auxílio ocorre por meio de advogados particulares que são credenciados ao Sindicato e dele recebem remuneração. A subversão, na prática, ocorre quando o trabalhador se encontra assistido pelo Sindicato, mas é cobrado pela prestação de serviços, o que atinge frontalmente o direito de assistência judiciária.

O caso paradigma dessa questão é o Agravo de Petição 06392-2009-660-09-00-0, julgado pela Seção Especializada do TRT9⁸⁶. A controvérsia cingiu-se, inicialmente, quanto à competência da Justiça Especializada para julgar a questão. Pelo argumento dos procuradores do Exequente, como a Justiça do Trabalho não possuiria competência para a ação que cobra honorários advocatícios, também não a deteria para análise do pleito do Autor, de restituição de honorários. A Seção Especializada manifestou-se quanto à competência para julgar a questão de

⁸⁶ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região. Autos de Agravo de Petição 06392-2009-660-09-00-0. Relator: Des. Edmilson Antonio de Lima. Publicado no DEJT em 26/02/2013.

honorários advocatícios⁸⁷, pois decorrentes da relação de trabalho, na previsão do art. 114 da Constituição Federal e decidiu:

Ademais, ainda que fosse outro o entendimento, a determinação nos autos diz respeito à restituição de valores indevidamente retidos do crédito do autor e foi emanada nos próprios autos da reclamação trabalhista, ordem esta que se encontra dentro da competência desta Justiça Especializada. Não se trata de ação de cobrança de honorários, sendo tal questão tratada apenas de forma incidental.

No mérito, a Seção Especializada ressaltou a abusividade da cobrança dos honorários advocatícios do trabalhador assistido pela entidade sindical por meio de advogados credenciados, já que a função precípua da assistência judiciária é o auxílio gratuito no patrocínio do processo. No teor do acórdão⁸⁸:

⁸⁷ ENUNCIADO 23. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. AÇÃO DE COBRANÇA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. AUSÊNCIA DE RELAÇÃO DE CONSUMO. A Justiça do Trabalho é competente para julgar ações de cobrança de honorários advocatícios, desde que ajuizada por advogado na condição de pessoa natural, eis que o labor do advogado não é prestado em relação de consumo, em virtude de lei e de particularidades próprias, e ainda que o fosse, porque a relação consumeirista não afasta, por si só, o conceito de trabalho abarcado pelo artigo 114 da CF.' 1ª Jornada de Direito Material e Processual na Justiça do Trabalho, realizada em 23.11.2007.

⁸⁸ No mesmo sentido, acórdão proferido nos autos 07510-2012-663-09-00-2 publicado em 06/12/2013 sob Relatoria do Desembargador Ubirajara Carlos Mendes, 7ª Turma: "ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. CONTRATO PARTICULAR DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ILEGALIDADE. A assistência prestada pela entidade sindical não pode onerar o trabalhador. Para dirimir qualquer dúvida, o art. 16 da Lei n.º 5.584/70 consagra a (exclusiva) origem sucumbencial da remuneração pelo serviço jurídico prestado pelo sindicato, ao expressar que os honorários do advogado, revertidos em favor do sindicato assistente, serão pagos pelo vencido. Vale dizer, a caracterização da assistência judiciária gratuita e os honorários que lhe são correspondentes exclui qualquer outra fonte de contraprestação pelo serviço, ou seja, a declarada insuficiência econômica justifica o alerta judicial quanto a serem indevidos honorários contratados. A prática simultânea de ambos (assistenciais e contratados) é absolutamente incompatível, seja por ofensa à literal disposição do art. 14 da Lei n.º 5.584/70, seja pela observância do sentido teleológico do instituto da assistência judiciária gratuita, e tem merecido reiterada censura dos órgãos de classe, em especial do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, que já reconheceu a ilicitude da cobrança de honorários advocatícios de quem é detentor da assistência judiciária (Proc. 2.133/2000/SCA-SP, Rel. Luiz Filipe Ribeiro Coelho (DF). Ementa 057/2000/SCA, julgamento em 12.06.00, por unanimidade. DJ 03.07.00. p. 59). Além da possível infração ética, fere a lógica e o bom senso que o sindicato assistente faça jus aos honorários advocatícios justamente porque há declaração expressa da Autora de insuficiência econômica, sabidamente um dos requisitos da concessão, e o advogado credenciado, astuciosamente, também perceba verba honorária particular. A justificativa de não poder o trabalhador demandar sem prejuízo de seu sustento e, eventualmente, de sua família, deve, necessariamente, ser respeitada no momento de afastar qualquer pactuação em apartado. Por todo exposto, já deferidos honorários assistenciais de 15%, imperativa o alerta feito para a Autora, em sentença, de "que nada deve a título de honorários contratuais, pois a assistência prestada pelo sindicato deve necessariamente ser gratuita", pois visa, inequivocamente, como é dever do agente político, coibir a possibilidade de diversos honorários (contratuais), que não os assistenciais. Não se cogita de julgamento "extra petita". A determinação vem como consequência necessária da reconhecida assistência judiciária e

Assim considerando, tem-se que a assistência judiciária prestada pela entidade sindical não pode onerar o trabalhador, que não possui condições econômicas de demandar em juízo sem prejuízo de seu sustento e o de sua família. Aliás, é justamente em razão da assistência judiciária prestada por meio da entidade sindical (Lei nº 5.584/1970) é que são devidos os honorários assistenciais, para remunerar o advogado que acompanhou a demanda.

Não se nega a vigência do art. 22 do Estatuto da OAB, que assegura o direito aos honorários contratuais, aos fixados por arbitramento judicial e aos sucumbenciais. Contudo, esta que a norma deve ser vista com ressalva, quando o cliente é beneficiário da assistência judiciária gratuita.

Dessa forma, entendo que a pactuação de honorários contratuais, quando o empregado está assistido pelo sindicato da classe, revela-se abusiva, desvirtuando completamente o escopo da assistência judiciária gratuita, a que o advogado se comprometeu a prestar ao patrocinar a causa do trabalhador.

Por fim, o último aspecto a ser evidenciado é a confusão que ocorre entre os institutos que possibilitam o acesso à justiça – quais sejam assistência jurídica, assistência judiciária e justiça gratuita – e seus requisitos, objetivo fundamental do presente estudo. Para isso, são reproduzidos dois modelos de sentença comuns na jurisdição do TRT da 9ª Região:

1 – JUSTIÇA GRATUITA⁸⁹:

Não obstante, a afirmação de insuficiência econômica feita pelo patrono da parte reclamante na petição inicial, deixo de conceder os benefícios da gratuita da justiça (que é uma faculdade do Juiz), já que o reclamante está empregado e recebe uma remuneração mensal incompatível com a justiça gratuita, destinada somente a pessoas com rendimentos inferiores ao dobro do mínimo legal e sem condições de custear as despesas do processo sem prejuízo do sustento próprio e da família, o que não é o caso dos autos.

No primeiro exemplo, além de encarar a concessão do benefício como uma mera faculdade do juiz, sem observar seu dever de garantir o acesso à justiça, o Magistrado reputa que não se trata de reclamante que faz jus ao benefício, simplesmente pelo fato de estar empregado e receber mais de dois salários

dos benefícios da justiça gratuita, a fim de que se cumpra a lei. Considerando os indícios de infração ética pelos patronos constituídos pela Reclamante, determina-se a expedição de ofício ao órgão de classe (OAB/PR) para eventual apuração dos fatos e aplicação de penalidade, se cabível.”

⁸⁹ BRASIL, 7ª Vara do Trabalho de Curitiba. Sentença dos autos 18179-2013-007-09-00-0. Magistrado: Juiz do Trabalho Ricardo José Fernandes de Campos. Publicada no DEJT em 17/10/2014.

mínimos. Há uma falha, nesse caso, de se atentar à presunção de veracidade da alegação, disposta em lei, e de diferenciar a pobreza jurídica da econômica, uma vez que o mero recebimento de salário não indica que qualquer trabalhador possui plenas condições de demandar sem o prejuízo de seu sustento. No segundo modelo:

Revedo posicionamento anterior, entendo que o reconhecimento de créditos em favor da parte Autora afasta a presunção relativa de incapacidade econômica em virtude da declaração formulada na petição inicial para responder pelas despesas decorrentes da demanda, justificando que arque com as despesas de sua responsabilidade, ressalvadas as hipóteses em que estiver litigando em juízo assistido pelo sindicato de sua categoria. Também depõe contra o pleito de justiça gratuita o fato da parte Autora ter contratado advogado particular em seu favor, quando poderia ter utilizado da assistência judicial prestada pelo sindicato de sua categoria. Inverossímil a tese de que não tenha condições de arcar com as (parcas) custas do processo trabalhista, mas tenha condições de arcar com os custos decorrentes da contratação de advogado particular.

Assim, rejeito o pedido de justiça gratuita⁹⁰.

Percebe-se a nítida confusão entre os benefícios, uma vez que o indeferimento da justiça gratuita se baseia, nesse caso, em razão da contratação de advogado particular. O fato de o trabalhador estar assistido por advogado contratado não representa, sob qualquer aspecto, que possui elevados recursos financeiros, inclusive porque a maioria dos contratos advocatícios nesse âmbito está vinculado ao sucesso da demanda. Ainda, a prestação da assistência judiciária no Direito do Trabalho brasileiro por meio dos sindicatos não é absolutamente eficiente, de forma que a vinculação da justiça gratuita à assistência judiciária feriria frontalmente a concretização dos direitos trabalhistas.

Além disso, o recebimento de créditos oriundos da demanda não significa que o Demandante possui abundância de recursos, mas que obteve a contraprestação do seu trabalho, com verbas de natureza alimentar que lhe eram devidas e não foram pagas durante o contrato de trabalho. O crédito recebido pelo trabalhador solidifica o art. 5º, XXXV, da Constituição, pelo alcance efetivo dos

⁹⁰ BRASIL, 11ª Vara do Trabalho de Curitiba. Sentença dos autos 32411-2013-011-09-00-01. Magistrado: Juiz do Trabalho Roberto Dala Barba Filho. Publicada no DEJT em 14/11/2014.

direitos trabalhistas, de modo que não lhe deve ser retirada parcela de seus créditos para pagar as custas judiciais. O entendimento consciente da diferença entre os benefícios e seus requisitos, e portanto, responsável, é resumido no seguinte *decisum*:

JUSTIÇA GRATUITA. ADVOGADO PARTICULAR. COMPATIBILIDADE. Diversamente do que alega a recorrente, o fato do autor estar assistido por advogado particular não impede o deferimento dos benefícios da justiça gratuita. Não há incompatibilidade ontológica entre ambos os institutos e ainda, a própria Lei que disciplina a concessão da assistência judiciária, aí incluída a justiça gratuita - Lei nº 7.510/86, que deu nova redação à Lei nº 1.060/50 - prescreve que o pedido pode ser formulado pela parte ou pelo seu advogado, evidenciando, assim, que estando atendidos os requisitos da Lei Lei nº 5.584/70 (art. 14, § 2º), a presença do advogado não é critério definidor, tampouco excludente, para a concessão do benefício legal. Sentença mantida. TRT9 - Recurso Ordinário 01404-2015-562-09-00-3-ACO-24722-2016 - 6A. TURMA – Relatora Des. Sueli Gil El Rafihi. Publicado no DEJT em 15/07/2016.

As decisões expostas possibilitaram a reflexão acerca dos benefícios de assistência judiciária e justiça gratuita e a promoção do acesso à justiça, de forma que a análise da postura jurisprudencial se mostrou determinante para o alcance do mandamento constitucional. Algumas questões relevantes foram selecionadas para revelar a postura dissonante de parte da magistratura, e por outro lado, a concretização ou obstaculização dos direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Garantir o acesso à justiça a todos os cidadãos e de forma integral pode significar uma utopia. Mas a utopia deve ser encarada como horizonte, por desafiar as instituições vigentes e servir como guia para mudanças. Promover o acesso à justiça não significa, dessa forma, a realização de processos judiciais gratuitos a todas as pessoas. Tal intento, mesmo se fosse possível, inviabilizaria a concretização dos direitos em sua plenitude em razão da judicialização das garantias e o consequente comprometimento da celeridade e efetividade do Poder Judiciário. Como já ensinou Cappelletti, o acesso à justiça contempla a efetiva proteção e garantia do exercício dos direitos dos indivíduos. Nesse sentido, é encarado como o maior dos direitos, à medida que protege todos os demais.

A finalidade de democratização do Judiciário, com acesso livre, integral e gratuito a todos os indivíduos, encontra obstáculos de ordem financeira e cultural. Por um lado, a judicialização dos direitos não deve ser encarada como êxito total, porque estimula a cultura da litigância, além de comprometer sua efetividade e celeridade, por abarrotar o Poder Judiciário com milhares de demandas, muitas delas frutos de interesses econômicos calculados. Os direitos devem ser protegidos pelo Estado na dimensão do justo, não do judicial. É nesse ponto que se apresenta relevante o advento da assistência jurídica, ou seja, do auxílio aos cidadãos não apenas em âmbito de um processo, mas à orientação, solução de demandas extrajudicialmente, métodos alternativos de resolução de conflitos, o que é um valioso entrave à cultura de judicialização, porque busca, efetivamente, a solução de um litígio e não a sua generalização.

Por outro lado, não remanescem recursos suficientes para o alcance de tal pretensão, uma vez que averba repassada à Justiça para concretizar os benefícios é limitada. Diante da crise econômica atual, vários cortes afetaram o funcionamento do Poder Judiciário e medidas severas foram tomadas para reduzir custos, ainda mais acentuadas na Justiça do Trabalho. Nesse contexto, os direitos dos indivíduos continuam a ser feridos e, duplamente, se são impedidos de demandar pelo que é

devido. Nesse ponto, vislumbra-se a essencialidade do debate, no que concerne às instituições que garantem o acesso à justiça, com enfoque no direito processual do trabalho.

O fundamento do acesso à justiça é a isonomia e a igualdade de oportunidades, com o objetivo de democratizar o Poder Judiciário e garantir a cada indivíduo – a despeito de suas condições econômicas e intelectuais – a proteção de seus direitos. A finalidade maior, portanto, é uma Justiça célere, moderna, acessível, democrática, adequada às condições financeiras de cada litigante, com a eliminação das desigualdades já existentes a proteção em nível global, para promover a solidificação do art. 5º, XXXV, da Constituição Federal.

No âmbito juslaboral, especificamente, a desigualdade natural é mais evidente, uma vez que é nítida a subordinação do trabalhador hipossuficiente ao empregador. Nesse sentido, maior ainda é a mácula do direito quando se trata de impedir que os prejudicados garantam seus direitos já feridos - em suma verbas de caráter alimentar - por meio dos institutos que permitem o acesso à justiça de forma gratuita.

Com a consciência da deficiência na prestação dos benefícios que permitem a concretização do acesso à justiça, tanto em âmbito legislativo quanto jurisprudencial, o presente estudo tentou demonstrar de que forma tais benesses podem contribuir para a finalidade apresentada e apontar as principais falhas de interpretação, quando prejudicam a plenitude do direito. Sem desprezar os demais instrumentos de concretização do acesso à justiça, o presente estudo objetivou a análise dos institutos de assistência jurídica, assistência judiciária e justiça gratuita.

Com a intenção de concretizar, cada vez mais, o acesso à justiça a todos os indivíduos, em todos meios de jurisdição e fases processuais, a exposição histórica da atuação dos Estados e das normas mais relevantes até o momento permitiu a observação de como os institutos que garantem o acesso à jurisdição foram sendo modificados ao longo do tempo. Antes restritos a matérias específicas, a determinados tipos de demanda, com requisitos mais rígidos, prestados por entidades particulares, os benefícios ganharam atenção do Estado, a partir dos protestos para garantir o acesso igualitário dos cidadãos à justiça social, com o

auxílio estendido para além do processo judicial, a responsabilização de órgãos para prestar a assistência, a mudança dos requisitos para a concessão dos benefícios e a extensão de sua abrangência.

A compreensão dos institutos foi possível através da análise dos dispositivos legais e constitucionais sobre cada um deles. Realizou-se a exposição, em resumo, da Lei nº. 1.060/50 (as disposições mantidas e as recentes revogações), da Lei nº. 5.584/70 que trata da assistência judiciária especificamente no âmbito juslaboral e do recente Código Processual Civil, promulgado em março de 2015, que traz disposições acerca da gratuidade judiciária e revoga as anteriores estabelecidas na Lei 1.060/50. Além disso, procedeu-se à conceituação da assistência jurídica, assistência judiciária e gratuidade judiciária (ou justiça gratuita), apontados os requisitos para sua concessão e, principalmente, a posição doutrinária sobre o tema, inclusive no que se refere à divergência de entendimento, de separação evidente entres os institutos ou de relação gênero-espécies.

No segundo momento, a doutrina de Cappelletti foi essencial para compreender as formas de concretizar o acesso à justiça, o dever estatal de fazê-lo com efetividade e o papel da justiça gratuita e assistência judiciária com essa finalidade. Considerados os institutos, discutiu-se acerca da presunção de veracidade da simples afirmação de insuficiência de recursos, da relação com o patrimônio do beneficiário, seus efeitos e a litigância de má-fé do requerente e as suas consequências.

A análise das decisões selecionadas no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região revelou a importância de uma atuação consciente e responsável da magistratura trabalhista, pela separação e compreensão dos requisitos da gratuidade judiciária e assistência judiciária. A exposição de decisões que confundem os institutos, obstaculizando o acesso à justiça, foi importante para compreender a responsabilidade do magistrado na efetivação dos direitos trabalhistas. Expôs-se, ainda, sobre a cobrança indevida dos honorários por parte do Sindicato, instituição que deveria prestar assistência judiciária de forma gratuita, e a repressão dessa postura por parte do Poder Judiciário.

No que tange à concessão da gratuidade judiciária mediante simples afirmação do requerente em não possuir condições para demandar judicialmente sem prejudicar o sustento familiar, demonstrou-se o entendimento jurisprudencial de falta de interesse do Reclamado em impugnar a benesse, uma vez que não arca com o ônus da concessão do benefício. Em que pesem a previsão legislativa e a posição doutrinária, na prática, a parte contrária não tem interesse no indeferimento, uma vez que os recursos utilizados para possibilitar o acesso gratuito são provenientes da União e, portanto, da sociedade como um todo. Essencial, nesse ponto, fazer vista dos institutos com os olhos da responsabilidade social, de forma a garantir a concretização dos direitos violados, mesmo diante da atual crise econômica que se perpassa e da limitação dos recursos repassados pela União à Justiça do Trabalho. Para isso, a limitação no valor de honorários periciais, por exemplo, representa uma postura responsável em razão da escassez de recursos.

A exposição do entendimento jurisprudencial acerca da litigância desonesta do beneficiário demonstrou a compatibilidade da cominação da multa pela litigância de má-fé em relação aos benefícios de gratuidade judiciária. A despeito da não abrangência da multa⁹¹ pela justiça gratuita, essa condenação não importaria em revogação dos benefícios de gratuidade, entendimento diverso do que foi exposto doutrinariamente.

Há que se atentar, desse modo, à relação entre o último capítulo, que analisa a prática, e a exposição precedente, em que foram expostas as opiniões doutrinárias, o caminho histórico percorrido nesse aspecto, os dispositivos legais que tutelam todos os benefícios concernentes ao acesso à justiça. Foi possível observar, por meio dessa relação, que os magistrados muitas vezes se apresentam irresponsáveis e dissonantes da legislação e da jurisprudência consolidada, de forma a não observar as benesses sob uma perspectiva de responsabilidade social e de representar, por si só, um entrave à efetivação do acesso à justiça. Por outro lado, foram expostas decisões que contribuíram para a concretização dos direitos dos trabalhadores, tanto pela reforma das decisões com entendimentos

⁹¹Art. 98, §4º, CPC/15: A concessão de gratuidade não afasta o dever de o beneficiário pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas.

equivocados, como pelo posicionamento que reprimiu a cobrança de honorários pelo sindicato. O objetivo, portanto, foi de demonstrar a legislação, a doutrina e a prática jurisprudencial acerca dos benefícios que possibilitam a concretização do acesso à justiça, com a problematização e crítica quando oportunas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcio Vasques Thibau De. **Multa por litigância de má-fé**. Benefícios da justiça gratuita. Penalidade prevista no art. 940 do Código Civil. *Bis in idem*. Boletim de Jurisprudência – TRT da 24ª Região, Campo Grande, v. 3, n. 01, p. 11-15, jan. 2007.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Comentários à Constituição do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. vol 2. São Paulo: Saraiva, 1997.

BORTOLAI, Luís Henrique. Acesso à justiça e os benefícios da gratuidade da justiça (Lei Nº 1.060/50). In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 100, maio 2012. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11708>. Acesso em setembro de 2016.

BRASIL, Conselho Superior da Justiça do Trabalho. **Resolução 66/2010**. Disponível em: http://www.justra.gov.br/legislacao/base_de_dados_legislacao/resolucoes/-Resolu%E7%E3o%20N%B0%2066-2010.pdf Acesso em outubro de 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição: República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL, **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934)**. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em julho de 2016.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Brasília, 1967. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm>. Disponível em julho de 2016.

BRASIL, **Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946)**. Rio de Janeiro, 1946. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm>. Acesso em setembro de 2016.

BRASIL, **Constituição Política do Imperio do Brazil. (de 25 de março de 1824)**. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em julho de 2016.

BRASIL, **Decreto nº 150, de 9 de abril de 2012**. Dando Regulamento para a arrecadação da Dizima da Chancellaria. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1842, Página 223 Vol. 1pt. II. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-150-9-abril-1842-560889-publicacaooriginal-84105-pe.html>>. Acesso em setembro de 2016.

BRASIL. **Decreto nº 18.871/1993**. Promulga a Convenção de direito internacional privado, de Havana. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-18871-13-agosto-1929-549000-publicacaooriginal-64246-pe.html>>. Acesso em agosto de 2016.

BRASIL, **Decreto-Lei nº 1.608/1939**. Código de Processo Civil. Rio de Janeiro, 1939. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del1608.htm>. Acesso em agosto de 2016.

BRASIL, **Lei nº 261 de 1841**. Reformando o Código de Processo Criminal. Publicada na Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça aos 11 de Dezembro de 1841. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM261.htm>. Acesso em julho de 2016.

BRASIL, **Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950**. Estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados. Rio de Janeiro, 1950. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L1060.htm>. Acesso em junho de 2016.

BRASIL, **Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963**. Dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil. (Revogada pela Lei nº 8.906/1994). Brasília, 1963. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4215.htm>. Acesso em agosto de 2016.

BRASIL, **Lei nº 5.584, de 26 de junho de 1970**. Dispõe sobre normas de Direito Processual do Trabalho, altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, disciplina a concessão e prestação de assistência judiciária na Justiça do Trabalho, e dá outras providências. Diário Oficial da União de 29/06/1970. Brasília, 1970. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5584.htm>. Acesso em junho de 2016.

BRASIL, **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Código de Processo Civil. Brasília, 2015. Publicado no Diário Oficial da União em 17/03/2015. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm>. Acesso em setembro de 2016.

BRASIL, 7ª Vara do Trabalho de Curitiba. Sentença dos autos 18179-2013-007-09-00-0. Magistrado: Juiz do Trabalho Ricardo José Fernandes de Campos. Publicada no DEJT em 17/10/2014.

BRASIL, 11ª Vara do Trabalho de Curitiba. Sentença dos autos 32411-2013-011-09-00-01. Magistrado: Juiz do Trabalho Roberto Dala Barba Filho. Publicada no DEJT em 14/11/2014.

BRASIL, Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região. Autos de Agravo de Petição 06392-2009-660-09-00-0. Relator: Des. Edmilson Antonio de Lima. Publicado no DEJT em 26/02/2013.

BRASIL, Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região. Autos de Recurso Ordinário 00991-2015-022-09-00-3. Relator Desembargador Benedito Xavier da Silva. 7ª Turma. Publicado no DEJT em 28/10/2016.

BRASIL, Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região. Autos de Recurso Ordinário 02171-2014-125-09-00-2. Relator: Des. Altino Pedrozo dos Santos, 7ª Turma. Publicado no DEJT em 04/11/2016.

BRASIL, Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região. Autos de Recurso Ordinário Autos 05240-2014-020-09-00-0, 5ª Turma. Relator: Des. Sérgio Guimarães Sampaio. Publicado no DEJT em 20/05/2016.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho 9ª Região. Autos de Recurso Ordinário 25432-2009-001-09-00-7 (RO). Relatora: Dra Marlene Teresinha FuverkiSuguimatsu, 2 Turma. Publicado em no DEJT 26 de abril de 2012.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho. Autos de Recurso Ordinário 9186 2012 863 3 9 003. Relator: Des. Ricardo Tadeu Marques da Fonseca. 6ª Turma. Publicado no DEJT em 28/11/2014.

CAHALI, Yussef Said. **Honorários advocatícios**. 3.ª ed. revisada e ampliada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1997.

CAMPO, Hélio Márcio. **Assistência jurídica gratuita**: assistência judiciária e gratuidade judiciária. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

CARDOSO, Alessandrus. **A assistência judiciária gratuita ou justiça gratuita no Brasil**. In Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 7, n. 58, 1 ago. 2002. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/3193>>. Acesso em agosto de 2016.

CASTRO, José Roberto de. **Manual de assistência judiciária**. 2. ed. São Paulo: Aide, 1987.

CAPPELLETTI, Mauro. **Pobreza y Justicia**. In: *Proceso, Ideologias, Sociedad*, CienciadelProceso, EdicionesJuridicas Europa-America, Buenos Aires, nº 64, págs. 164/165.

_____. **O acesso à justiça e a função do jurista em nossa época.** Revista de Processo. Atualidades internacionais, Rio de Janeiro: n. 61, p. 96-102, jan./mar. 1990.

_____; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça.** Trad. Ellen Grancie Northfleet. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1988.

CHIOVENDA, Giuseppe. **La condanna nelle spese giudiziali.** Roma: Società Editrice del Foro Italiano, 1935.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria geral do processo.** 19. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2003.

DANTAS, Alexandre Fernandes. Acesso à Justiça e assistência jurídica gratuita no Brasil. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIV, n. 87, abr 2011. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9146>. Acesso em julho de 2016.

DUARTE, Radson Rangel Ferreira. **A litigância de má-fé:** honorários advocatícios e assistência judiciária. Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 18. Região. Goiânia, Go, n.7 (jan./dez. 2004), p.72-77.

ESTEVEZ, Rafael Fernandes. Do Acesso à Justiça Pelos Necessitados. **Revista Páginas de Direito**, Porto Alegre, ano 5, nº 306, 09 de setembro de 2005. Disponível em: <http://www.tex.pro.br/listagem-de-artigos/213-artigos-out-2006/5313-1-historico-do-direito-falimentar>. Acesso em agosto de 2016.

FERRAZ JR., Tercio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito:** técnica, decisão, dominação. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

FIGUEIREDO JÚNIOR, Pio Antunes; FERREIRA, José Francisco. **Benefícios da justiça gratuita e direito de ação:** Constituição Federal, art. 5º, XXXV e LXXIV. Trabalho e Doutrina: processo e jurisprudência, São Paulo, n. 27, 2002. Págs. 34/46.

GRINOVER, Ada Pellegrini. **Assistência judiciária e acesso à justiça.** Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, São Paulo, n.º 22, p. 17-26, jan./dez. 1984.

HIRATA, Alessandro. O estadista Nabuco de Araújo. In **Jornal Carta Forense**, 12/02/2012. Disponível em <<http://www.cartaforense.com.br/conteudo/colunas/o-estadista-nabuco-de-araujo/8273>>. Acesso em junho de 2016.

KERBER, Andréia Izamara Tavares. **Processo como discurso e defensoria pública**: pressupostos para uma comunidade ideal de comunicação. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2012.

LOPES, Hálisson Rodrigo; SILVA, Elson Campos da. Diferença entre gratuidade judiciária ou justiça gratuita e assistência jurídica gratuita. *In Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIV, n. 91, ago 2011. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?artigo_id=10152&n_link=revista_artigos_leitura>. Acesso em jul 2016.

MARCACINI, Augusto Tavares Rosa. **Assistência jurídica, assistência judiciária e justiça gratuita**. Rio de Janeiro: Forense, 1996.

MELO, André Luís Alves de. **Gratuidade da justiça do novo CPC**. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 18, n. 3777, 3 nov. 2013. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/25693>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

MENDONÇA, Hilton. **Justiça Gratuita**. São Luís, Mendonça Livros, 2003.

MORAES, Guilherme Braga Peña de. **Assistência Jurídica** Defensoria Pública e o acesso à jurisdição no Estado Democrático de Direito. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1997.

_____. **Instituições da Defensoria Pública**. São Paulo: Malheiros, 1999.

MORAES, Humberto Peña de. Assistência Judiciária Pública e os mecanismos de acesso à justiça, no estado democrático. **Revista de Direito da Defensoria Pública**, Rio de Janeiro, vol 02. n.03. ago/set. 1989.

_____; SILVA, José Fontenelle T. **Da Assistência Judiciária**: sua gênese, sua história e a função protetiva do Estado. 2.ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Líber Júrís, 1984.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. **O direito à assistência jurídica**: evolução no ordenamento brasileiro de nosso tempo. Revista de Processo, São Paulo, v. 17, n. 67, p. 124-134, jul./set. 1992.

MULLER, Camila de Cássia. **Assistência jurídica integral e gratuita**. Monografia. Faculdade de Direito. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006. Disponível em <<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/30694/688.pdf?sequence=1&isAlloved=y>>. Acesso em julho de 2016.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código de Processo Civil comentado e legislação extravagante**. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

Ordenações e Leis do Reino de Portugal. Livro III, Título 84, § 10 da Lei 1823. Disponível em
<https://books.google.com/books/about/Ordenações_filipinas.html?id=GhcOAQAAIAAJ>. Acesso em julho de 2016.

PAJARDI, Piero. **La responsabilità per le spese e i danni del processo**. Milão: Giuffrè, 1959.

PASSOS, Danielle de Paula Maciel dos. **Assistência jurídica, assistência judiciária e justiça gratuita**: evolução histórica, distinções e beneficiários. *In* ConteudoJuridico, Brasília-DF: 13 dez. 2012. Disponível em:
<<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.41157&seo=1>>. Acesso em outubro de 2016.

PINTO, Robson Flores. **Assistência Jurídica aos hipossuficientes na Constituição**. São Paulo: LTr, 1997.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Comentários à Constituição de 1967 ± com a Emenda n.1, de 1969**. Tomo V (arts. 153, §2.º - 159), 2.ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1971.

RAMOS, Lindalva de Fátima. Doutrina: Gratuidade da Justiça. Direito Constitucional Fundamental. **Revista Jurídica Consulex**, Brasília, Ano XV n. 338, 15 de fevereiro de 2011. Disponível em:
<<http://www.consulex.com.br/co/default.asp?op=cor&id=12388>>. Acesso em outubro de 2016.

RODRIGUES, Laura Aparecida. Assistência judiciária gratuita no processo do trabalho. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 6, n. 51, 1out. 2001. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/2158>>. Acesso em julho de 2016.

RODRIGUES, Walter Piva. **Assistência judiciária**: uma garantia insuficiente. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987. v. 3. Saber Digital: Revista Eletrônica do CESVA, Valença, v. 1, n. 1, p. 7-17, mar./ago. 2008.

SANTOS JÚNIOR, Filoalder Moreira dos. História da assistência judiciária gratuita e da Defensoria Pública. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 19, n. 3858, 23 jan. 2014. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/26486>>. Acesso em setembro de 2016.

SCHUBSKY, Cássio. Assistência judiciária gratuita. (1), (2), (3). **Revista Consultor Jurídico**, 2009. Disponível em <http://www.conjur.com.br/2009-nov-24/justica-historiaassistencia-judiciaria-gratuita>. Acesso em setembro de 2016.

SILVA, Luiz Marlo de Barros. **O escritório modelo como instrumento de efetivação da garantia constitucional da assistência jurídica gratuita**. Tese de doutorado. Universidade Federal do Paraná - Curitiba, 2000.

SÓRIA, THIAGO MELOSI. **Assistência jurídica integral e justiça gratuita nos conflitos individuais do trabalho**. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2138/tde-28052012-151827/pt-br.php>. Acesso em outubro de 2016.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2004. V.1.

VAINER, Bruno Zilberman. **Assistência judiciária gratuita: um desafio de nosso tempo**. Revista de Direito Constitucional e Internacional. São Paulo, v. 12, n. 48, p. 213-244, jul./set. 2004.

VIDIGAL, Maurício. **Lei de assistência judiciária interpretada** (lei nº 1.060/50, de 5-2-1950). São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000.

VIEIRA, José Roberto. **A extrafiscalidade da Lei 12.715/2012 e a capacidade contributiva: a convivência do lobo e do cordeiro?** In: Revista de Direito Tributário 118. Editora Malheiros: São Paulo, 2013.

WEINTRAUB, Arthur Bragança de Vasconcellos. **500 anos de assistência judiciária no Brasil**. Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, v. 95. São Paulo, 2000. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67467>. Acesso em julho de 2016.

ZANIOLO, Pedro Augusto. A assistência judiciária e a justiça gratuita no processo de conhecimento. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 10, n. 747, 21 jul. 2005. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/7046>>. Acesso em setembro de 2016.

ZANON, ARTÊMIO. **Assistência Judiciária Gratuita**. São Paulo: Saraiva, 1985.

_____. **Da Assistência Jurídica Integral e Gratuita: comentários à Lei da assistência judiciária** (Lei n. 1.060/50, de 5 de fev. de 1950, à luz da CF de 5-10-1988, art. 5º, LXXIV e direito comparado). 2.ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

ANEXO A - Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950. Estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os poderes públicos federal e estadual concederão assistência judiciária aos necessitados nos termos da presente Lei.

Art. 1º. Os poderes públicos federal e estadual, independente da colaboração que possam receber dos municípios e da Ordem dos Advogados do Brasil, - OAB, concederão assistência judiciária aos necessitados nos termos da presente Lei. (Redação dada pela Lei nº 7.510, de 1986)

Art. 2º. Gozarão dos benefícios desta Lei os nacionais ou estrangeiros residentes no país, que necessitarem recorrer à Justiça penal, civil, militar ou do trabalho. (Revogado pela Lei nº 13.105, de 2015) (Vigência)

Parágrafo único. - Considera-se necessitado, para os fins legais, todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família. (Revogado pela Lei nº 13.105, de 2015) (Vigência)

Art. 3º. A assistência judiciária compreende as seguintes isenções: (Revogado pela Lei nº 13.105, de 2015) (Vigência)

I - das taxas judiciárias e dos selos; (Revogado pela Lei nº 13.105, de 2015) (Vigência)

II - dos emolumentos e custas devidos aos Juízes, órgãos do Ministério Público e serventuários da justiça; (Revogado pela Lei nº 13.105, de 2015) (Vigência)

III - das despesas com as publicações indispensáveis no jornal encarregado da divulgação dos atos oficiais; (Revogado pela Lei nº 13.105, de 2015) (Vigência)

IV - das indenizações devidas às testemunhas que, quando empregados, receberão do empregador salário integral, como se em serviço estivessem, ressalvado o direito regressivo contra o poder público federal, no Distrito Federal e nos Territórios; ou contra o poder público estadual, nos Estados; (Revogado pela Lei nº 13.105, de 2015) (Vigência)

V - dos honorários de advogado e peritos. (Revogado pela Lei nº 13.105, de 2015) (Vigência)

VI – das despesas com a realização do exame de código genético – DNA que for requisitado pela autoridade judiciária nas ações de investigação de paternidade ou maternidade. (Incluído pela Lei nº 10.317, de 2001) (Revogado pela Lei nº 13.105, de 2015) (Vigência)

VII – dos depósitos previstos em lei para interposição de recurso, ajuizamento de ação e demais atos processuais inerentes ao exercício da ampla defesa e do contraditório. (Incluído pela Lei Complementar nº 132, de 2009). (Revogado pela Lei nº 13.105, de 2015) (Vigência)

Parágrafo único. A publicação de edital em jornal encarregado da divulgação de atos oficiais, na forma do inciso III, dispensa a publicação em outro jornal. (Incluído pela Lei nº 7.288, de 1984) (Revogado pela Lei nº 13.105, de 2015) (Vigência)

Art. 4º A parte, que pretender gozar os benefícios da assistência judiciária, requererá ao Juiz competente lhes conceda, mencionando, na petição, o rendimento ou vencimento que percebe e os encargos próprios e os da família.

Art. 4º. A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família. (Redação dada pela Lei nº 7.510, de 1986) (Revogado pela Lei nº 13.105, de 2015) (Vigência)

§ 1º - A petição será instruída por um atestado de que conste ser o requerente necessitado, não podendo pagar as despesas do processo. Este documento será expedido, isento de selos e emolumentos, pela autoridade policial ou pelo prefeito municipal.

§ 1º A petição será instruída por um atestado de que conste ser o requerente necessitado, não podendo pagar as despesas do processo. Este documento será expedido, isento de selos e emolumentos, pela autoridade policial ou pelo Prefeito Municipal, sendo dispensado à vista de contrato de trabalho comprobatório de que o mesmo percebe salários igual ou inferior ao dobro do mínimo legal regional. (Redação dada pela Lei nº 6.707, de 1979)

§ 1º. Presume-se pobre, até prova em contrário, quem afirmar essa condição nos termos desta lei, sob pena de pagamento até o décuplo das custas judiciais. (Redação dada pela Lei nº 7.510, de 1986) (Revogado pela Lei nº 13.105, de 2015) (Vigência)

§ 2º - Nas capitais dos Estados e no Distrito Federal, o atestado da competência do Prefeito poderá ser expedido por autoridade expressamente designada pelo mesmo.

§ 2º. A impugnação do direito à assistência judiciária não suspende o curso do processo e será feita em autos apartados. (Redação dada pela Lei nº 7.510, de 1986) (Revogado pela Lei nº 13.105, de 2015) (Vigência)

§ 3º A apresentação da carteira de trabalho e previdência social, devidamente legalizada, onde o juiz verificará a necessidade da parte, substituirá os atestados exigidos nos §§ 1º e 2º deste artigo. (Incluído pela Lei nº 6.654, de 1979) (Revogado pela Lei nº 13.105, de 2015) (Vigência)

Art. 5º. O juiz, se não tiver fundadas razões para indeferir o pedido, deverá julgá-lo de plano, motivando ou não o deferimento dentro do prazo de setenta e duas horas.

§ 1º. Deferido o pedido, o juiz determinará que o serviço de assistência judiciária, organizado e mantido pelo Estado, onde houver, indique, no prazo de dois dias úteis o advogado que patrocinará a causa do necessitado.

§ 2º. Se no Estado não houver serviço de assistência judiciária, por ele mantido, caberá a indicação à Ordem dos Advogados, por suas Seções Estaduais, ou Subseções Municipais.

§ 3º. Nos municípios em que não existirem subseções da Ordem dos Advogados do Brasil. o próprio juiz fará a nomeação do advogado que patrocinará a causa do necessitado.

§ 4º. Será preferido para a defesa da causa o advogado que o interessado indicar e que declare aceitar o encargo.

§ 5º Nos Estados onde a Assistência Judiciária seja organizada e por eles mantida, o Defensor Público, ou quem exerça cargo equivalente, será intimado pessoalmente de todos os atos do processo, em ambas as Instâncias, contando-se-lhes em dobro todos os prazos. (Incluído pela Lei nº 7.871, de 1989)

Art. 6º. O pedido, quando formulado no curso da ação, não a suspenderá, podendo o juiz, em face das provas, conceder ou denegar de plano o benefício de assistência. A petição, neste caso, será autuada em separado, apensando-se os respectivos autos aos da causa principal, depois de resolvido o incidente. (Revogado pela Lei nº 13.105, de 2015) (Vigência)

Art. 7º. A parte contrária poderá, em qualquer fase da lide, requerer a revogação dos benefícios de assistência, desde que prove a inexistência ou o desaparecimento dos requisitos essenciais à sua concessão. (Revogado pela Lei n º 13.105, de 2015) (Vigência)

Parágrafo único. Tal requerimento não suspenderá o curso da ação e se processará pela forma estabelecida no final do artigo 6º. desta Lei. (Revogado pela Lei n º 13.105, de 2015) (Vigência)

Art. 8º. Ocorrendo as circunstâncias mencionadas no artigo anterior, poderá o juiz, ex-offício, decretar a revogação dos benefícios, ouvida a parte interessada dentro de quarenta e oito horas improrrogáveis.

Art. 9º. Os benefícios da assistência judiciária compreendem todos os atos do processo até decisão final do litígio, em todas as instâncias.

Art. 10. São individuais e concedidos em cada caso ocorrente os benefícios de assistência judiciária, que se não transmitem ao cessionário de direito e se extinguem pela morte do beneficiário, podendo, entretanto, ser concedidos aos herdeiros que continuarem a demanda e que necessitem de tais favores, na forma estabelecida nesta Lei.

Art. 11. Os honorários de advogados e peritos, as custas do processo, as taxas e selos judiciais serão pagos pelo vencido, quando o beneficiário de assistência for vencedor na causa. (Revogado pela Lei n º 13.105, de 2015) (Vigência)

§ 1º. Os honorários do advogado serão arbitrados pelo juiz até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o líquido apurado na execução da sentença. (Revogado pela Lei n º 13.105, de 2015) (Vigência)

§ 2º. A parte vencida poderá acionar a vencedora para reaver as despesas do processo, inclusive honorários do advogado, desde que prove ter a última perdido a condição legal de necessitada. (Revogado pela Lei n º 13.105, de 2015) (Vigência)

Art. 12. A parte beneficiada pela isenção do pagamento das custas ficará obrigada a pagá-las, desde que possa fazê-lo, sem prejuízo do sustento próprio ou da família, se dentro de cinco anos, a contar da sentença final, o assistido não puder satisfazer tal pagamento, a obrigação ficará prescrita. (Revogado pela Lei n º 13.105, de 2015) (Vigência)

Art. 13. Se o assistido puder atender, em parte, as despesas do processo, o Juiz mandará pagar as custas que serão rateadas entre os que tiverem direito ao seu recebimento.

Art. 14. Os advogados indicados pela assistência ou nomeados pelo Juiz serão obrigados, salvo justo motivo, a critério do Juiz, a patrocinar as causas dos necessitados, sob pena de multa de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) a Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros).

Parágrafo único - As multas previstas neste artigo reverterão em proveito do advogado que assumir o patrocínio da causa.

Art. 14. Os profissionais liberais designados para o desempenho do encargo de defensor ou de perito, conforme o caso, salvo justo motivo previsto em lei ou, na sua omissão, a critério da autoridade judiciária competente, são obrigados ao respectivo cumprimento, sob pena de multa de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) a Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), sujeita ao reajustamento estabelecido na Lei nº 6.205, de 29 de abril de 1975, sem prejuízo de sanção disciplinar cabível. (Redação dada pela Lei nº 6.465, de 1977)

§ 1º Na falta de indicação pela assistência ou pela própria parte, o juiz solicitará a do órgão de classe respectivo. (Incluído pela Lei nº 6.465, de 1977)

§ 2º A multa prevista neste artigo reverterá em benefício do profissional que assumir o encargo na causa. (Renumerado do Parágrafo Único, com nova redação, pela Lei nº 6.465, de 1977)

Art. 15. São motivos para a recusa do mandato pelo advogado designado ou nomeado:

§ 1º - estar impedido de exercer a advocacia.

§ 2º - ser procurador constituído pela parte contrária ou ter com ela relações profissionais de interesse atual;

§ 3º - ter necessidade de se ausentar da sede do juízo para atender a outro mandato anteriormente outorgado ou para defender interesses próprios inadiáveis;

§ 4º - já haver manifestado por escrito sua opinião contrária ao direito que o necessitado pretende pleitear;

§ 5º - haver dada à parte contrária parecer escrito sobre a contenda.

Parágrafo único. A recusa será solicitada ao juiz, que, de plano a concederá, temporária ou definitivamente, ou a denegará.

Art. 16. Se o advogado, ao comparecer em juízo, não exhibir o instrumento do mandato outorgado pelo assistido, o juiz determinará que se exarem na ata da audiência os termos da referida outorga.

Parágrafo único. O instrumento de mandato não será exigido, quando a parte for representada em juízo por advogado integrante de entidade de direito público incumbido na forma da lei, de prestação de assistência judiciária gratuita, ressalvados: (Incluído pela Lei nº 6.248, de 1975)

a) os atos previstos no art. 38 do Código de Processo Civil; (Incluída pela Lei nº 6.248, de 1975)

b) o requerimento de abertura de inquérito por crime de ação privada, a proposição de ação penal privada ou o oferecimento de representação por crime de ação pública condicionada. (Incluída pela Lei nº 6.248, de 1975)

Art. 17. Caberá recurso de agravo de instrumento das decisões proferidas em consequência de aplicação desta Lei, salvo quando a decisão fôr denegatória da assistência, caso em que o agravo será de petição.

Art. 17. Caberá apelação das decisões proferidas em consequência da aplicação desta lei; a apelação será recebida somente no efeito devolutivo quando a sentença conceder o pedido. (Redação dada pela Lei nº 6.014, de 1973) (Revogado pela Lei nº 13.105, de 2015) (Vigência)

Art. 18. Os acadêmicos de direito, a partir da 4ª série, poderão ser indicados pela assistência judiciária, ou nomeados pelo juiz para auxiliar o patrocínio das causas dos necessitados, ficando sujeitos às mesmas obrigações impostas por esta Lei aos advogados.

Art. 19. Esta Lei entrará em vigor trinta dias depois da sua publicação no Diário oficial da União, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de fevereiro de 1950; 129º da Independência e 62º da República.

ANEXO B - Lei nº 5.584, de 26 de junho de 1970. Dispõe sobre normas de Direito Processual do Trabalho, altera dispositivos da Constituição das Leis do Trabalho, disciplina a concessão e prestação de assistência judiciária na Justiça do Trabalho, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o **CONGRESSO NACIONAL** decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º Nos processos perante a Justiça do Trabalho, observar-se-ão os princípios estabelecidos nesta lei.

Art 2º Nos dissídios individuais, proposta a conciliação, e não havendo acôrdo, o Presidente, da Junta ou o Juiz, antes de passar à instrução da causa, fixar-lhe-á o valor para a determinação da alçada, se êstefôr indeterminado no pedido.

§ 1º Em audiência, ao aduzir razões finais, poderá qualquer das partes, impugnar o valor fixado e, se o Juiz o mantiver, pedir revisão da decisão, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, ao Presidente do Tribunal Regional.

§ 2º O pedido de revisão, que não terá efeito suspensivo deverá ser instruído com a petição inicial e a Ata da Audiência, em cópia autenticada pela Secretaria da Junta, e será julgado em 48 (quarenta e oito) horas, a partir do seu recebimento pelo Presidente do Tribunal Regional.

§ 3º Quando o valor fixado para a causa, na forma dêste artigo, não exceder de 2 (duas) vêzes o salário-mínimo vigente na sede do Juízo, será dispensável o resumo dos depoimentos, devendo constar da Ata a conclusão da Junta quanto à matéria de fato.

~~§ 4º Salvo se versarem sobre, matéria constitucional, nenhum recurso (CLT, art., 893), caberá das sentenças proferidas nos dissídios da alçada a que se refere o parágrafo anterior.~~

§ 4º - Salvo se versarem sobre matéria constitucional, nenhum recurso caberá das sentenças proferidas nos dissídios da alçada a que se refere o parágrafo anterior, considerado, para esse fim, o valor do salário mínimo à data do ajuizamento da ação. (Redação dada pela Lei nº 7.402, de 1985)

Art 3º Os exames periciais serão realizados por perito único designado pelo Juiz, que fixará o prazo para entrega do laudo.

Parágrafo único. Permitir-se-á a cada parte a indicação de um assistente, cuja laudo terá que ser apresentado no mesmo prazo assinado para o perito, sob pena de ser desentranhado dos autos.

Art 4º Nos dissídios de alçada exclusiva das Juntas e naqueles em que os empregados ou empregadores reclamarem pessoalmente, o processo poderá ser impulsionado de ofício pelo Juiz.

Art 5º Para exarar parecer, terá o órgão do Ministério Público da União, junto à Justiça do Trabalho, o prazo de 8 (oito) dias, contados da data em que lhe fôr distribuído o processo.

Art 6º Será de 8 (oito) dias o prazo para interpor e contra-arrazoar qualquer recurso (CLT, art. 893).

Art 7º A comprovação do depósito da condenação (CLT, art. 899, §§ 1º a 5º) terá que ser feita dentro do prazo para a interposição do recurso, sob pena de ser este considerado deserto.

Art 8º Das decisões proferidas nos dissídios coletivos poderá a União interpor recurso, o qual será sempre recebido no efeito suspensivo quanto à parte que exceder o índice fixado pela política salarial do Governo.

~~Art 9º No Tribunal Superior do Trabalho, quando o pedido do recorrente contrariar prejudgado estabelecido ou súmula de jurisprudência uniforme deste Tribunal já compendiada, poderá o Relator negar prosseguimento ao recurso, indicando o correspondente prejudgado ou súmula.~~

~~Parágrafo único. A parte prejudicada poderá interpor agravo desde que à espécie não se aplique o prejudgado ou a súmula citada pelo Relator.~~

Art. 9º - No Tribunal Superior do Trabalho, quando o pedido do recorrente contrariar súmula de jurisprudência uniforme deste Tribunal já compendiada, poderá o Relator negar prosseguimento ao recurso, indicando a correspondente súmula. (Redação dada pela Lei nº 7.033, de 1982)

Art 10. O artigo 477 da Consolidação das Leis do Trabalho, alterado pela Lei nº 5.562, de 12-12-68, e pelo Decreto-lei nº 766, de 15-8-69, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 477. É assegurado a todo empregado, não existindo prazo estipulado para a terminação do respectivo contrato, e quando não haja ele dado motivo para cessação das relações de trabalho, o direito de haver do empregador uma indenização, paga na base da maior remuneração que tenha percebido na mesma empresa.

§ 1º O pedido de demissão ou recibo de quitação de rescisão, do contrato de trabalho, firmado por empregado com mais de 1 (um) ano de serviço, só será válido quando feito com a assistência do respectivo Sindicato ou perante a autoridade do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

§ 2º O instrumento de rescisão ou recibo de quitação, qualquer que seja a causa ou forma de dissolução do contrato, deve ter especificada a natureza de cada parcela paga ao empregado e discriminado o seu valor, sendo válida a quitação, apenas, relativamente às mesmas parcelas.

§ 3º Quando não existir na localidade nenhum dos órgãos previstos neste artigo, a assistência será prestada pelo Represente do Ministério Público ou, onde houver, pelo Defensor Público e, na falta ou impedimento deste, pelo Juiz de Paz.

§ 4º O pagamento a que fizer jus o empregado será efetuado no ato da homologação da rescisão do contrato de trabalho, em dinheiro ou em cheque visado, conforme acordem as partes, salvo se o empregado for analfabeto, quando o pagamento somente poderá ser feito em dinheiro.

§ 5º Qualquer compensação no pagamento de que trata o parágrafo anterior não poderá exceder o equivalente a um mês de remuneração do empregado".

Art 11. O artigo 500 da Consolidação das Leis do Trabalho, revogado pela Lei nº 5.562, de 12-12-1968, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 500. O pedido de demissão do empregado estável só será válido quando feito com a assistência do respectivo Sindicato e, se não o houver, perante autoridade local competente do Ministério do Trabalho e Previdência Social ou da Justiça do Trabalho".

Art 12. O artigo 888 da Consolidação das Leis do Trabalho passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 888. Concluída a avaliação, dentro de dez dias, contados da data da nomeação do avaliador, seguir-se-á a arrematação, que será anunciada por edital afixado na sede do juízo ou tribunal e publicado no jornal local, se houver, com a antecedência de vinte (20) dias.

§ 1º A arrematação far-se-á em dia, hora e lugar anunciados e os bens serão vendidos pelo maior lance, tendo o exequente preferência para a adjudicação.

§ 2º O arrematante deverá garantir o lance com o sinal correspondente a 20% (vinte por cento) do seu valor.

§ 3º Não havendo licitante, e não requerendo o exequente a adjudicação dos bens penhorados, poderão os mesmos ser vendidos por leiloeiro nomeado pelo Juiz ou Presidente.

§ 4º Se o arrematante, ou seu fiador, não pagar dentro de 24 (vinte e quatro) horas o preço da arrematação, perderá, em benefício da execução, o sinal de que trata o § 2º deste artigo, voltando à praça os bens executados".

Art 13. Em qualquer hipótese, a remição só será deferível ao executado se este oferecer preço igual ao valor da condenação.

Da Assistência Judiciária

Art 14. Na Justiça do Trabalho, a assistência judiciária a que se refere a Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, será prestada pelo Sindicato da categoria profissional a que pertencer o trabalhador.

§ 1º A assistência é devida a todo aquele que perceber salário igual ou inferior ao dôbro do mínimo legal, ficando assegurado igual benefício ao trabalhador de maior salário, uma vez provado que sua situação econômica não lhe permite demandar, sem prejuízo do sustento próprio ou da família.

§ 2º A situação econômica do trabalhador será comprovada em atestado fornecido pela autoridade local do Ministério do Trabalho e Previdência Social, mediante diligência sumária, que não poderá exceder de 48 (quarenta e oito) horas.

§ 3º Não havendo no local a autoridade referida no parágrafo anterior, o atestado deverá ser expedido pelo Delegado de Polícia da circunscrição onde resida o empregado.

Art 15. Para auxiliar no patrocínio das causas, observados os arts. 50 e 72 da Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963, poderão ser designados pelas Diretorias dos Sindicatos Acadêmicos, de Direito, a partir da 4ª Série, comprovadamente, matriculados em estabelecimento de ensino oficial ou sob fiscalização do Governo Federal.

Art 16. Os honorários do advogado pagos pelo vencido reverterão em favor do Sindicato assistente.

Art 17. Quando, nas respectivas comarcas, não houver Juntas de Conciliação e Julgamento ou não existir Sindicato da categoria profissional do trabalhador, é atribuído aos Promotores Públicos ou Defensores Públicos o encargo de prestar assistência judiciária prevista nesta lei.

Parágrafo único. Na hipótese prevista neste artigo, a importância proveniente da condenação nas despesas processuais será recolhida ao Tesouro do respectivo Estado.

Art 18. A assistência judiciária, nos termos da presente lei, será prestada ao trabalhador ainda que não seja associado do respectivo Sindicato.

Art 19. Os diretores de Sindicatos que, sem comprovado motivo de ordem financeira, deixarem de dar cumprimento às disposições desta lei ficarão sujeitos à penalidade prevista no art. 553, alínea a da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art 20. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de junho de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

ANEXO C - Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

PARTE GERAL

LIVRO I

(omissis)

Seção III

Das Despesas, dos Honorários Advocatícios e das Multas

Art. 82. Salvo as disposições concernentes à gratuidade da justiça, incumbe às partes prover as despesas dos atos que realizarem ou requererem no processo, antecipando-lhes o pagamento, desde o início até a sentença final ou, na execução, até a plena satisfação do direito reconhecido no título.

§ 1º Incumbe ao autor adiantar as despesas relativas a ato cuja realização o juiz determinar de ofício ou a requerimento do Ministério Público, quando sua intervenção ocorrer como fiscal da ordem jurídica.

§ 2º A sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as despesas que antecipou.

Art. 83. O autor, brasileiro ou estrangeiro, que residir fora do Brasil ou deixar de residir no país ao longo da tramitação de processo prestará caução suficiente ao pagamento das custas e dos honorários de advogado da parte contrária nas ações que propuser, se não tiver no Brasil bens imóveis que lhes assegurem o pagamento.

§ 1º Não se exigirá a caução de que trata o caput:

I - quando houver dispensa prevista em acordo ou tratado internacional de que o Brasil faz parte;

II - na execução fundada em título extrajudicial e no cumprimento de sentença;

III - na reconvenção.

§ 2º Verificando-se no trâmite do processo que se desfalcou a garantia, poderá o interessado exigir reforço da caução, justificando seu pedido com a indicação da depreciação do bem dado em garantia e a importância do reforço que pretende obter.

Art. 84. As despesas abrangem as custas dos atos do processo, a indenização de viagem, a remuneração do assistente técnico e a diária de testemunha.

Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.

§ 1º São devidos honorários advocatícios na reconvenção, no cumprimento de sentença, provisório ou definitivo, na execução, resistida ou não, e nos recursos interpostos, cumulativamente.

§ 2º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos:

I - o grau de zelo do profissional;

II - o lugar de prestação do serviço;

III - a natureza e a importância da causa;

IV - o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

§ 3º Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2º e os seguintes percentuais:

I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos;

II - mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos;

III - mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos;

IV - mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos;

V - mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos.

§ 4º Em qualquer das hipóteses do § 3º:

I - os percentuais previstos nos incisos I a V devem ser aplicados desde logo, quando for líquida a sentença;

II - não sendo líquida a sentença, a definição do percentual, nos termos previstos nos incisos I a V, somente ocorrerá quando liquidado o julgado;

III - não havendo condenação principal ou não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, a condenação em honorários dar-se-á sobre o valor atualizado da causa;

IV - será considerado o salário-mínimo vigente quando prolatada sentença líquida ou o que estiver em vigor na data da decisão de liquidação.

§ 5º Quando, conforme o caso, a condenação contra a Fazenda Pública ou o benefício econômico obtido pelo vencedor ou o valor da causa for superior ao valor previsto no inciso I do § 3º, a fixação do percentual de honorários deve observar a faixa inicial e, naquilo que a exceder, a faixa subsequente, e assim sucessivamente.

§ 6º Os limites e critérios previstos nos §§ 2º e 3º aplicam-se independentemente de qual seja o conteúdo da decisão, inclusive aos casos de improcedência ou de sentença sem resolução de mérito.

§ 7º Não serão devidos honorários no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública que enseje expedição de precatório, desde que não tenha sido impugnada.

§ 8º Nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, o juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, observando o disposto nos incisos do § 2º.

§ 9º Na ação de indenização por ato ilícito contra pessoa, o percentual de honorários incidirá sobre a soma das prestações vencidas acrescida de 12 (doze) prestações vincendas.

§ 10. Nos casos de perda do objeto, os honorários serão devidos por quem deu causa ao processo.

§ 11. O tribunal, ao julgar recurso, majorará os honorários fixados anteriormente levando em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal, observando, conforme o caso, o disposto nos §§ 2º a 6º, sendo vedado ao tribunal, no cômputo geral da fixação de honorários devidos ao advogado do vencedor, ultrapassar os respectivos limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º para a fase de conhecimento.

§ 12. Os honorários referidos no § 11 são cumuláveis com multas e outras sanções processuais, inclusive as previstas no art. 77.

§ 13. As verbas de sucumbência arbitradas em embargos à execução rejeitados ou julgados improcedentes e em fase de cumprimento de sentença serão acrescidas no valor do débito principal, para todos os efeitos legais.

§ 14. Os honorários constituem direito do advogado e têm natureza alimentar, com os mesmos privilégios dos créditos oriundos da legislação do trabalho, sendo vedada a compensação em caso de sucumbência parcial.

§ 15. O advogado pode requerer que o pagamento dos honorários que lhe caibam seja efetuado em favor da sociedade de advogados que integra na qualidade de sócio, aplicando-se à hipótese o disposto no § 14.

§ 16. Quando os honorários forem fixados em quantia certa, os juros moratórios incidirão a partir da data do trânsito em julgado da decisão.

§ 17. Os honorários serão devidos quando o advogado atuar em causa própria.

§ 18. Caso a decisão transitada em julgado seja omissa quanto ao direito aos honorários ou ao seu valor, é cabível ação autônoma para sua definição e cobrança.

§ 19. Os advogados públicos perceberão honorários de sucumbência, nos termos da lei.

Art. 86. Se cada litigante for, em parte, vencedor e vencido, serão proporcionalmente distribuídas entre eles as despesas.

Parágrafo único. Se um litigante sucumbir em parte mínima do pedido, o outro responderá, por inteiro, pelas despesas e pelos honorários.

Art. 87. Concorrendo diversos autores ou diversos réus, os vencidos respondem proporcionalmente pelas despesas e pelos honorários.

§ 1º A sentença deverá distribuir entre os litisconsortes, de forma expressa, a responsabilidade proporcional pelo pagamento das verbas previstas no caput.

§ 2º Se a distribuição de que trata o § 1º não for feita, os vencidos responderão solidariamente pelas despesas e pelos honorários.

Art. 88. Nos procedimentos de jurisdição voluntária, as despesas serão adiantadas pelo requerente e rateadas entre os interessados.

Art. 89. Nos juízos divisórios, não havendo litígio, os interessados pagarão as despesas proporcionalmente a seus quinhões.

Art. 90. Proferida sentença com fundamento em desistência, em renúncia ou em reconhecimento do pedido, as despesas e os honorários serão pagos pela parte que desistiu, renunciou ou reconheceu.

§ 1º Sendo parcial a desistência, a renúncia ou o reconhecimento, a responsabilidade pelas despesas e pelos honorários será proporcional à parcela reconhecida, à qual se renunciou ou da qual se desistiu.

§ 2º Havendo transação e nada tendo as partes disposto quanto às despesas, estas serão divididas igualmente.

§ 3º Se a transação ocorrer antes da sentença, as partes ficam dispensadas do pagamento das custas processuais remanescentes, se houver.

§ 4º Se o réu reconhecer a procedência do pedido e, simultaneamente, cumprir integralmente a prestação reconhecida, os honorários serão reduzidos pela metade.

Art. 91. As despesas dos atos processuais praticados a requerimento da Fazenda Pública, do Ministério Público ou da Defensoria Pública serão pagas ao final pelo vencido.

§ 1º As perícias requeridas pela Fazenda Pública, pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública poderão ser realizadas por entidade pública ou, havendo previsão orçamentária, ter os valores adiantados por aquele que requerer a prova.

§ 2º Não havendo previsão orçamentária no exercício financeiro para adiantamento dos honorários periciais, eles serão pagos no exercício seguinte ou ao final, pelo vencido, caso o processo se encerre antes do adiantamento a ser feito pelo ente público.

Art. 92. Quando, a requerimento do réu, o juiz proferir sentença sem resolver o mérito, o autor não poderá propor novamente a ação sem pagar ou depositar em cartório as despesas e os honorários a que foi condenado.

Art. 93. As despesas de atos adiados ou cuja repetição for necessária ficarão a cargo da parte, do auxiliar da justiça, do órgão do Ministério Público ou da Defensoria Pública ou do juiz que, sem justo motivo, houver dado causa ao adiamento ou à repetição.

Art. 94. Se o assistido for vencido, o assistente será condenado ao pagamento das custas em proporção à atividade que houver exercido no processo.

Art. 95. Cada parte adiantará a remuneração do assistente técnico que houver indicado, sendo a do perito adiantada pela parte que houver requerido a perícia ou rateada quando a perícia for determinada de ofício ou requerida por ambas as partes.

§ 1º O juiz poderá determinar que a parte responsável pelo pagamento dos honorários do perito deposite em juízo o valor correspondente.

§ 2º A quantia recolhida em depósito bancário à ordem do juízo será corrigida monetariamente e paga de acordo com o art. 465, § 4º.

§ 3º Quando o pagamento da perícia for de responsabilidade de beneficiário de gratuidade da justiça, ela poderá ser:

I - custeada com recursos alocados no orçamento do ente público e realizada por servidor do Poder Judiciário ou por órgão público conveniado;

II - paga com recursos alocados no orçamento da União, do Estado ou do Distrito Federal, no caso de ser realizada por particular, hipótese em que o valor será fixado conforme tabela do tribunal respectivo ou, em caso de sua omissão, do Conselho Nacional de Justiça.

§ 4º Na hipótese do § 3º, o juiz, após o trânsito em julgado da decisão final, oficiará a Fazenda Pública para que promova, contra quem tiver sido condenado ao pagamento das despesas processuais, a execução dos valores gastos com a perícia particular ou com a utilização de servidor público ou da estrutura de órgão público, observando-se, caso o responsável pelo pagamento das despesas seja beneficiário de gratuidade da justiça, o disposto no art. 98, § 2º.

§ 5º Para fins de aplicação do § 3º, é vedada a utilização de recursos do fundo de custeio da Defensoria Pública.

Art. 96. O valor das sanções impostas ao litigante de má-fé reverterá em benefício da parte contrária, e o valor das sanções impostas aos serventuários pertencerá ao Estado ou à União.

Art. 97. A União e os Estados podem criar fundos de modernização do Poder Judiciário, aos quais serão revertidos os valores das sanções pecuniárias processuais destinadas à União e aos Estados, e outras verbas previstas em lei.

Seção IV

Da Gratuidade da Justiça

Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

§ 1º A gratuidade da justiça compreende:

I - as taxas ou as custas judiciais;

II - os selos postais;

III - as despesas com publicação na imprensa oficial, dispensando-se a publicação em outros meios;

IV - a indenização devida à testemunha que, quando empregada, receberá do empregador salário integral, como se em serviço estivesse;

V - as despesas com a realização de exame de código genético - DNA e de outros exames considerados essenciais;

VI - os honorários do advogado e do perito e a remuneração do intérprete ou do tradutor nomeado para apresentação de versão em português de documento redigido em língua estrangeira;

VII - o custo com a elaboração de memória de cálculo, quando exigida para instauração da execução;

VIII - os depósitos previstos em lei para interposição de recurso, para propositura de ação e para a prática de outros atos processuais inerentes ao exercício da ampla defesa e do contraditório;

IX - os emolumentos devidos a notários ou registradores em decorrência da prática de registro, averbação ou qualquer outro ato notarial necessário à efetivação de decisão judicial ou à continuidade de processo judicial no qual o benefício tenha sido concedido.

§ 2º A concessão de gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência.

§ 3º Vencido o beneficiário, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário.

§ 4º A concessão de gratuidade não afasta o dever de o beneficiário pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas.

§ 5º A gratuidade poderá ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou consistir na redução percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento.

§ 6º Conforme o caso, o juiz poderá conceder direito ao parcelamento de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento.

§ 7º Aplica-se o disposto no art. 95, §§ 3º a 5º, ao custeio dos emolumentos previstos no § 1º, inciso IX, do presente artigo, observada a tabela e as condições da lei estadual ou distrital respectiva.

§ 8º Na hipótese do § 1º, inciso IX, havendo dúvida fundada quanto ao preenchimento atual dos pressupostos para a concessão de gratuidade, o notário ou registrador, após praticar o ato, pode requerer, ao juízo competente para decidir questões notariais ou registrais, a revogação total ou parcial do benefício ou a sua substituição pelo parcelamento de que trata o § 6º deste artigo, caso em que o beneficiário será citado para, em 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre esse requerimento.

Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.

§ 1º Se superveniente à primeira manifestação da parte na instância, o pedido poderá ser formulado por petição simples, nos autos do próprio processo, e não suspenderá seu curso.

§ 2º O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.

§ 3º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.

§ 4º A assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça.

§ 5º Na hipótese do § 4º, o recurso que verse exclusivamente sobre valor de honorários de sucumbência fixados em favor do advogado de beneficiário estará sujeito a preparo, salvo se o próprio advogado demonstrar que tem direito à gratuidade.

§ 6º O direito à gratuidade da justiça é pessoal, não se estendendo a litisconsorte ou a sucessor do beneficiário, salvo requerimento e deferimento expressos.

§ 7º Requerida a concessão de gratuidade da justiça em recurso, o recorrente estará dispensado de comprovar o recolhimento do preparo, incumbindo ao relator, neste caso, apreciar o requerimento e, se indeferi-lo, fixar prazo para realização do recolhimento.

Art. 100. Deferido o pedido, a parte contrária poderá oferecer impugnação na contestação, na réplica, nas contrarrazões de recurso ou, nos casos de pedido superveniente ou formulado por terceiro, por meio de petição simples, a ser apresentada no prazo de 15 (quinze) dias, nos autos do próprio processo, sem suspensão de seu curso.

Parágrafo único. Revogado o benefício, a parte arcará com as despesas processuais que tiver deixado de adiantar e pagará, em caso de má-fé, até o décuplo de seu valor a título de multa, que será revertida em benefício da Fazenda Pública estadual ou federal e poderá ser inscrita em dívida ativa.

Art. 101. Contra a decisão que indeferir a gratuidade ou a que acolher pedido de sua revogação caberá agravo de instrumento, exceto quando a questão for resolvida na sentença, contra a qual caberá apelação.

§ 1º O recorrente estará dispensado do recolhimento de custas até decisão do relator sobre a questão, preliminarmente ao julgamento do recurso.

§ 2º Confirmada a denegação ou a revogação da gratuidade, o relator ou o órgão colegiado determinará ao recorrente o recolhimento das custas processuais, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de não conhecimento do recurso.

Art. 102. Sobrevindo o trânsito em julgado de decisão que revoga a gratuidade, a parte deverá efetuar o recolhimento de todas as despesas de cujo adiantamento foi dispensada, inclusive as relativas ao recurso interposto, se houver, no prazo fixado pelo juiz, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas em lei.

Parágrafo único. Não efetuado o recolhimento, o processo será extinto sem resolução de mérito, tratando-se do autor, e, nos demais casos, não poderá ser deferida a realização de nenhum ato ou diligência requerida pela parte enquanto não efetuado o depósito.

(omissis)

Brasília, 16 de março de 2015; 194º da Independência e 127º da República.